



Coleção
Documentos

141

CRÔNICAS TEMPORAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO NAS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO NO *ECO DO SUL*

VOLUME 2

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



**CRÔNICAS TEMPORAIS: PASSADO,
PRESENTE E FUTURO NAS
CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO
NO *ECO DO SUL***

Volume 2





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES
VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL
DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS
1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES
2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO
1º TESOUREIRO – VALDIR BARROCO
2º TESOUREIRO – ROLAND PIRES NICOLA

Marcelo França de Oliveira

CRÔNICAS TEMPORAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO NAS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO NO *ECO DO SUL*

Volume 2



- 141 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2022

Ficha Técnica

Título: Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no *Eco do Sul* (Vol. 2)

Autor: Marcelo França de Oliveira

Coleção Documentos, 141

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: Fotografia de Ângelo Dourado (s.d., s.a.). Fonte: Dourado, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977 (orelha da obra).

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Janeiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-125-5

O autor:

Marcelo França de Oliveira é Doutor em História (UFPel) e Doutor em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foi professor substituto no Instituto de Ciências Humanas e da Informação na FURG e professor na Universidade Aberta do Brasil. Atualmente é editor na Editora Casalettras, de Porto Alegre, tendo editado mais de 200 obras. Possui 29 livros publicados entre autoria, coautoria e organização, além de assinar o posfácio da edição eletrônica brasileira de "As Cidades e as Serras", de Eça de Queiroz.



Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Sumário

Apresentação do Volume II	10
O mundo em que Dourado escreveu suas crônicas: uma ambientação histórica	12
O cenário internacional: a era do Imperialismo	12
O Brasil: a república dos coronéis e o saneamento financeiro.....	13
O Rio Grande do Sul: a hegemonia castilhista.....	13
A razão de ser desta obra	14
A importância do registro e a resistência à hegemonia castilhista.....	14
O documento como resistência.....	15
A crítica à hegemonia triunfante	15
Preservação e análise histórica	16
As crônicas	17
ALERTA XXI	18
ALERTA XXII.....	21
ALERTA XXIII.....	25
ALERTA XXIV	29
ALERTA XXV.....	32
ALERTA XXVI.....	36
ALERTA XXVII.....	39
ALERTA XXVIII.....	43

ALERTA XXIX	47
ALERTA XXX.....	50
ALERTA XXXI.....	53
ALERTA XXXII.....	56
ALERTA XXXIII.....	60
ALERTA XXXIV	63
ALERTA XXXV.....	67
ALERTA XXXVI	70
ALERTA XXXVII.....	74
ALERTA XXXVIII	77
ALERTA XXXIX	81
ALERTA XL	85
ALERTA XLI.....	89
ALERTA XLII.....	92
ALERTA XLIII	96
ALERTA XLIV	100
ALERTA XLV	103
ALERTA	107

Apresentação do Volume II

Este segundo volume conclui o projeto de transcrição e publicação integral da série de 43 crônicas intitulada "Alerta", de autoria de Ângelo Dourado, publicadas originalmente entre 11 de janeiro e 21 de março de 1899 nas páginas do jornal *Eco do Sul*. Enquanto a primeira etapa deste trabalho apresentou as vinte crônicas iniciais, esta edição reúne as vinte e três peças restantes, encerrando o ciclo de reflexões que o autor destinou ao público rio-grandino naquele fim de século XIX.

A manutenção deste projeto editorial fundamenta-se na necessidade de preservação e difusão de documentos que compõem o mosaico intelectual e político do período pós-Revolução Federalista. Ângelo Dourado, embora hoje recordado primordialmente por sua atuação militar e pela obra *Voluntários do Martírio*, manifesta nestes textos sua faceta de cronista e analista político, utilizando o espaço fixo da imprensa para dialogar com as tensões de seu tempo.

Nesta segunda parte do *corpus* documental, o tom das crônicas – que se iniciam a partir do "Alerta XXI" – aprofunda o caráter crítico e oposicionista de Dourado. O leitor encontrará textos que transcendem a análise local, abordando temas como a crise econômica nacional, o aumento de impostos, a corrupção administrativa e as questões militares que tensionavam a jovem República. Há, de forma contundente, um foco na denúncia do que o autor classifica como o autoritarismo do regime castilhistas-borgistas e os riscos de uma fragmentação da soberania nacional diante de interesses estrangeiros e dissensões internas.

Duas mudanças ocorreram no interregno temporal que separa os volumes: optamos por atualizar a grafia do nome do jornal para *Eco do Sul*, e não *Echo do Sul*, como aparecia no volume anterior, em maior conformidade com as normas vigentes e com a atualização que também ocorreu na transcrição, de forma muito pontual, para facilitar a leitura e, ao mesmo tempo, ao conservar o estilo, respeitando integralmente a pontuação original, o uso de maiúsculas e os recursos estilísticos de ênfase empregados pelo cronista, não deturpar ou alterar significativamente aquilo que o cronista comunicava. Essa escolha metodológica visa garantir que o documento chegue ao pesquisador e ao público interessado sem filtros ou censuras anacrônicas, permitindo que as ideias e o vocabulário político da época sejam analisados em sua forma original. A segunda é a nova “casa” que o presente volume ganhou. Alinhado ao propósito da Coleção Documentos, por ela passa a ser editado o livro que o leitor tem em tela.

Ao tornar público este material bruto, reafirma-se o compromisso com a história documental e com o livre acesso às fontes que permitem compreender as paixões e os antagonismos que moldaram a identidade política sul-rio-grandense.

O mundo em que Dourado escreveu suas crônicas: uma ambientação histórica

As crônicas que compõem este volume foram redigidas no primeiro trimestre de 1899, um período de transição e consolidação de estruturas políticas que definiriam o século XX. Para compreender o teor das críticas e a urgência do discurso de Ângelo Dourado, é necessário situar o documento em suas múltiplas escalas geográficas e políticas.

O cenário internacional: a era do Imperialismo

Mundialmente, o ano de 1899 insere-se no auge da "Belle Époque" europeia, mas também no auge da expansão imperialista. Enquanto as potências coloniais dividiam territórios na África e na Ásia, as Américas observavam a ascensão definitiva dos Estados Unidos como potência hemisférica, consolidada após a Guerra Hispano-Americana de 1898. O otimismo tecnológico do telégrafo e do vapor contrastava com a iminência de conflitos, como a Guerra dos Bôeres na África do Sul, iniciada naquele mesmo ano. Esse contexto de "partilha do mundo" e dominação econômica estrangeira reflete-se na preocupação de Dourado com a soberania nacional e a vulnerabilidade das fronteiras brasileiras.

O Brasil: a república dos coronéis e o saneamento financeiro

No plano nacional, o Brasil vivia o início da presidência de Campos Sales (1898-1902). Era o momento de consolidação da "Política dos Estados" (ou Política dos Governadores), um arranjo entre o poder central e as oligarquias estaduais para garantir a estabilidade do regime republicano recém-implantado. Economicamente, o país enfrentava as consequências da crise do Encilhamento e buscava o saneamento financeiro por meio do *Funding Loan* – um vultoso empréstimo externo que impôs medidas de austeridade severas e o aumento de impostos. É este cenário de arrocho fiscal e de uma República percebida como excludente que serve de alvo para as críticas contundentes de Dourado sobre a gestão da fortuna pública.

O Rio Grande do Sul: a hegemonia castilhista

No âmbito regional, o Rio Grande do Sul atravessava o período de consolidação do poder de Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos. O estado ainda guardava as cicatrizes profundas da Revolução Federalista (1893-1895). O sistema político gaúcho, regido pela Constituição Estadual de 1891, conferia poderes quase absolutos ao Executivo, o que gerava um ambiente de forte repressão e controle sobre as oposições.

Ângelo Dourado escreve a partir da cidade do Rio Grande, um centro urbano e portuário vital, onde o jornal *Eco do Sul* servia como trincheira para as vozes que questionavam o autoritarismo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Suas

crônicas são, portanto, o registro de um intelectual que se via cercado por um regime que ele considerava tirânico, em um estado que ainda não havia pacificado plenamente suas divergências internas e em um país que tateava os caminhos da democracia sob o peso de dívidas externas e arranjos oligárquicos.

Este volume, ao apresentar a conclusão da série "Alerta", oferece ao leitor, seja ele leigo ou historiador, não apenas a opinião de um homem, mas o retrato das tensões de uma época em que o destino da nação era disputado entre o autoritarismo legalista e os ideais de liberdade política.

A razão de ser desta obra

A importância do registro e a resistência à hegemonia castilhista

A publicação integral das crônicas de Ângelo Dourado transcende o resgate literário, firmando-se como um ato de preservação da memória política e documental do Rio Grande do Sul. Em um período marcado pela consolidação da hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sob a égide do castilhismo, a voz de Dourado no jornal *Eco do Sul* representava um dos últimos redutos de contestação intelectual e política em um estado que caminhava para a unificação do pensamento sob o controle governamental.

O documento como resistência

O castilhismo, enquanto sistema político e filosófico, não apenas exerceu o poder administrativo, mas buscou construir uma narrativa oficial de "ordem e progresso" que muitas vezes silenciava as dissidências. O registro dessas crônicas permite o acesso direto ao pensamento da oposição no pós-1895. Ler Dourado hoje é compreender os argumentos daqueles que foram derrotados no campo de batalha da Revolução Federalista, mas que se recusaram à rendição ideológica. A importância de manter o texto original, sem cortes ou intervenções contemporâneas, reside na manutenção da integridade da fonte: o documento fala por si, expondo as entranhas de uma época em que o dissenso era, por vezes, tratado como crime ou traição à pátria.

A crítica à hegemonia triunfante

Dourado escreve a partir de uma posição de resistência à "hegemonia triunfante". Suas crônicas não são meros relatos cotidianos, mas peças de combate que denunciam a estrutura autoritária que se instalava no estado. Ao analisar o cotidiano através do prisma histórico, o autor aponta para os riscos do personalismo político e do aparelhamento das instituições públicas. A resistência documentada nestas páginas é, portanto, um contraponto necessário à historiografia oficial, oferecendo uma visão plural de um Rio Grande do Sul em plena transformação.

Preservação e análise histórica

Tornar públicos esses escritos é garantir que os ideais de uma época – com todas as suas paixões, contradições e rigores – permaneçam acessíveis para a análise histórica rigorosa. O valor desses documentos reside na sua capacidade de revelar as tensões entre o poder instituído e a crítica intelectual. Ao preservar a série "Alerta", entrega-se às futuras gerações o testemunho de um período em que a escrita era utilizada como ferramenta de vigília e de denúncia contra o que o autor percebia como o aniquilamento das liberdades individuais e públicas.

Em suma, este volume cumpre o papel essencial de salvaguardar o patrimônio documental, permitindo que a história seja contada também a partir de suas margens e de suas vozes mais críticas. Os originais, cabe sempre destacar, encontram-se sob a zelosa guarda da Biblioteca Rio-Grandense, que possui a coleção completa do *Eco do Sul* em sua hemeroteca.

* * *

Ao final, o leitor encontrará um QR Code do Volume 1, de modo a facilitar o seu acesso no acervo digital gratuito das Edições Biblioteca Rio-grandense.

Que seja uma boa e proveitosa leitura aos estudantes, pesquisadores e entusiastas desse pedaço da História política, da imprensa e da sociedade sulina de fim do século XIX.

AS CRÔNICAS

ECO DO SUL, 11/02/1899, p. 1

ALERTA XXI

Se ódio pessoal pode adormecer, em relação ao homem, que foi e é o autor de nossos sofrimentos; se encontramos no fundo de noss'alma esse inefável sentimento do perdão, em vista dessa tortura aniquiladora que esmaga as almas de ambições sem limites sentindo fugir-lhe toda a esperança do futuro devorada pelos crimes do presente, e nesse futuro não ver senão a punição que o espera, que faz arrepiar de horror os cabelos canados, antes do tempo a custa de cada dia ter um despertar medonho quando voltando a lucidez momentânea do espírito, calcule o horror do seus atos e por isso de novo volta-lhe a loucura que o arrasta a novos crimes; o ódio ao homem que foi causa da desgraça de uma nacionalidade, do aniquilamento de uma raça, não encontra atenuante que possa clamar misericórdia em seu favor.

Tu, o homem que me lês, meu amigo, ou meu inimigo, se és dos que, satisfeitos no presente, não pensa no futuro, não vês esse acúmulo de nimbos negros que se amontoam nos horizontes da pátria e que, num momento desprenderão as

catadupas que arrastem ao abismo que há nove anos a chama com os cantos das sereias?

Tu tens família?

Tu tens uma velha mãe que te conta, nos longos serões, para suavizar-te o afã diurno, as histórias de teus antepassados, e as tuas mesmas na infância; histórias dessas lutas gloriosas para conquista de uma pátria, para defender a honra, lutas em que essa pátria crescia, se altanava, progredia apesar do sangue que regava o solo, e dos ossos que lá ficavam, de seus filhos, a branquejarem nos campos de batalha, na terra do povo que a veio insultar?

Tens esposa, que a preparar-te o alimento para redar-te as forças perdidas no trabalho, e o leito para o repouso, depois de lamentar que já não é possível viver na abastança modesta pelo preço dos gêneros, sobretudo quem só vive do trabalho, mas suaviza-te a tristeza por veres que tudo isso é devido a ter se distribuído a fortuna do povo por alguns ladrões, em nome da república, contando-te os brinquedos e os primeiros ditos de teu filhinho que apenas começa a dar os primeiros passos?

Tens filhas, para quem olhas com esse olhar de pai por onde a alma se coa para formar essa zona de doces sonhos do futuro, onde as vês felizes, honestas, dignas; fazendo reviver tua mãe; fazendo eternizar os carinhos que hás mister?

Tens filhos, sobre os quais tu, com orgulho, depositasses todas as esperanças da pátria; todo o brilho que os bons patriotas, não os da pança, não os moços por serem visionários, não os velhos que exploram a visibilidade dos moços, mas o

patriotismo de quem amando a família não pode compreender que possa haver felicidade onde não existe pátria digna, para quem tem honra e dignidade, e ver nesses filhos, nesse amanhã sublime e tão tardio, o renascimento dessa pátria abatida hoje?

Diz-me, leitor, o que sentirias na alma se visses, por teus próprios irmãos guiados, chegarem homens que se apoderassem da tua casa, e sentado em torno de tua lareira transformassem teus filhos em seus escravos, tuas filhas em suas concubinas; a ti, que protestarias, em cadáver; a tua esposa em serva, a tua mãe por velha atirassem à rua a morrer de fome?

Eu sei o que tu sentirias; eu sei que só em pensar se isso acontecesse, ao leres essas linhas, apesar de julgares-me um visionário, teus olhos, marejam lágrimas, como os meus ao escrevê-las, porque tu és homem, tu tens alma, tu tens amor a família, e apenas disso esqueces por *política*.

Pois bem, leitor – tudo isto que escrevi, pode-se dar em um momento, quando um povo se avilta a ponto de outros povos virem apoderar-se de suas terras; tudo isso vai se dar no Brasil talvez em menos de um lustro se continuarem, como vão dirigindo os nossos destinos, os mesmos homens que roubaram a nossa fortuna, que nos encheram de dívidas e enquanto aguardam no estrangeiro nosso ouro, lançam impostos até sobre o pão que comemos, ou para sustentar no presente os partidários de que precisam ou para pagarem a dívida que, nos roubando, nos obrigaram a contrair.

Eu te direi por que, meu leitor.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 12/02/1899, p. 1

ALERTA XXII

Deixa por um momento, meu leitor, o teu otimismo, que sendo peculiar aos brasileiros, sempre desinteressados e confiantes, arrastou-nos a esse estado de presa entre as garras de poucos felinos; porque, quando se dizia – isto pode-se dar, isso talvez se dê, respondia-se – não! Floriano é patriota, Castilhos é honesto, isto é próprio das transições... Como se a vida tivesse transições; se a natureza desse saltos.

E o resultado do *patriotismo* e da *honestidade* aí está.

O Brasil agoniza, e nessa agonia os que o mataram ainda querem mutilá-lo.

Habituar-se a mutilar cadáveres; mutilarem moribundos também para obrigá-los a alimentar-se com as para as carnes, como fizeram com aquele italiano, sem que quem a tal o obrigou fosse punido, ao contrário, teve acesso, na legalidade; agora querem mutilar a pátria, como sem reboço tem-se dito, Como General Telles denunciou, e por isso é hoje um mártir do seu amor do soldado à sua pátria, o que

nos faz supor que o senhor Campos Sales, o presidente da república, é conivente nesse crime, obedecendo aos separatistas na punição que dele exigiram para quem podia ser antepor a seus atos.

Talvez que o senhor Murtinho pense em reviver a sua república transatlântica, que mesmo sem guerra custou-nos os maiores sacrifícios e profundos golpes como o naufrágio do *Solimões*.

Entretanto, perguntamos: uma separação do Rio Grande aproveita aos rio-grandense?

Não, por certo.

O senhor Castilhos sabe disso.

Sabe que uma guerra civil no Rio Grande aniquilará por completo a campanha, e os nacionais em vida e bens.

O resto será para indenização a estrangeiros.

Extinta a raça dos gaúchos, pela morte ou pela miséria, raça que serviu de chapa ao senhor Júlio de Castilhos na sua propaganda e nas suas ameaças a Deodoro e Floriano, e que hoje odeia e detesta a ponto de desejar sua extinção, como demonstrado por seus atos e palavras, até quando ela se batia por si, ou provocada por si, denominou-a de bárbaros talhadores dos campos enquanto os estrangeiros lhe ajudavam a construir (?!...)

Cínico...

Assim, enquanto o senhor Castilhos provocando a guerra civil arruinará por completo a raça brasileira no Rio Grande e os estrangeiros ocuparão suas terras, e esse pedaço do Brasil passará a ser uma colônia estrangeira e nada mais.

O senhor Castilhos e os seus viverão então na Europa perfeitamente, porque são ricos, tem dinheiro reserva para isso!

Mas, quando assim não fosse, não está aqui a dois passos de nós o estado Oriental com suas eternas revoluções desde seu começo?

Separou-se do Brasil porque naquele tempo era natural, e a língua e costumes muito diferiam da dos brasileiros, o que não se dá com o Rio Grande, conquanto queiram dizê-lo, por serem tão ignorantes que nem conhecem os costumes dos diversos estados. E, sobretudo, os costumes simples.

Os outros brasileiros diferem dos rio-grandenses, como os habitantes das margens dos rios diferem dos da campanha, e o da campanha dos da Serra, apenas.

Mas, se não fosse o Brasil, a República Oriental não era hoje uma província Argentina?

Porque foi a guerra com Rosas e Oribe?

Mas, naquele tempo, o Brasil era o Brasil; hoje o Brasil é o bagaço de um fruto de que as raposas chuparam todo o suco.

Falar-se em separar o Rio Grande é o mesmo que dizer: entregue-se ao estrangeiro, que nos dará por feitor o senhor Júlio de Castilhos, como a Turquia dava a Grécia eunucos negros para governá-la.

Somente os loucos epiléticos que, fingindo zelar, destroem; os perversos, sem classificação, podem tal querer, ou esses pobres de espírito que não calculam nas consequências dos fatos por mais que a evidência entre pelos olhos.

Cautela, rio-grandenses.

Ides ser vítimas de guerras civis, e vossos filhos serão escravos dos nossos vizinhos hispano-americanos.

E vós, brasileiros, que nessas Repúblicas sois respeitados, vereis depois qual é a sorte dos homens que não tem uma nacionalidade forte para defendê-los.

Qual foi a sorte dos polacos na Europa, e dos albaneses, no domínio da Turquia sobre a Grécia?

Fica escrito.

Realizem-se os fatos e direis depois se não fui um vidente.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 14/02/1899, p. 1

ALERTA XXIII

Motivos pessoais obrigaram-nos, contra nossos hábitos a dar uma resposta, única, a tudo que contra nós tem escrito os serviços do senhor Júlio de Castilhos, pagos com o dinheiro do povo; motivos de incalculável importância, como seja a nova questão militar, nascida de uma ofensa direta e gratuita a pessoa de um general que na república se tornara benemérito, e o afã com que se tem procurado enodoar-lhe a farda e do golpe de misericórdia no que ainda se chama exército brasileiro, nos obriga a modificar o plano que havíamos traçado para esses artigos.

Lembremo-nos, apenas, de que a questão militar, que originou a queda da monarquia, nasceu por ter um deputado censurado da tribuna do parlamento a um oficial do exército, e o ministro da guerra imediatamente não lhe ter, como devia, tomado a defesa, ou ao menos dito ao deputado que segundo a organização do exército, não podendo o militar defender-se, o caminho para tais acusações devia ser outro desde que a falta não incorria em ofensa ao poder público, nem a indivíduos que precisassem ter a opinião pública por testemunha.

Na Grécia isso era permitido. Qualquer homem, mesmo os que estavam em armas sob as ordens de general por de um estratega, podia formular suas acusações na

Ágora e o povo resolveria punindo o acusado, quase sempre, se ele não tivesse uma eloquência de Péricles para defender-se e a sua fortuna para embelezar Atenas.

É bom que se saiba; naquele tempo um homem para ser chefe de um povo gastava durante seu governo a sua fortuna particular.

Péricles, um dos vultos que mais projetaram na história da Grécia, quando o inimigo talava o território e os seus habitantes fugiam reduzidos à miséria, dava suas terras ao Estado para dividi-las por aqueles a que a guerra acabava de empobrecer.

Uma vez, ele pretendeu empregar o dinheiro público no embelezamento de Atenas, que era ao mesmo tempo sua fortificação.

O povo protestou; Péricles queria tornar formosa a cidade, para obedecer aos desejos de sua amante Aspásia; diziam.

– Pois bem, respondeu Péricles da tribuna de onde fizera a proposta, e donde ouviu as contestações. Permitam que eu faça esses melhoramentos à minha custa, mas que escreva em chapa de bronze: “foi Péricles quem a sua custa fez isso para a cidade de Atenas.”

– Não, não, bradou a multidão; é preferível que se gaste todo o dinheiro, a dizer que o povo ateniense precisou dos favores de um homem, nem mesmo que dependesse só dele.

Isto foi há três mil anos; depois disso o mundo cresceu muito, e hoje, ao menos para nós brasileiros, está demasiadamente crescido em ordem e progressos, nos vastos moldes capazes de conter todas as infâmias e não se encherem.

Se, porém, o político tinha direito de empobrecer-se em favor da pátria, a menor acusação de concussão ou suborno, perdia-o. Prova-o a sorte do grande Demóstenes, no negócio Harpalo, quando foi preciso a Esquino fazer calar sua boca para entregar a Grécia para sempre à Macedônia.

Hoje recebe-se palacetes etc., etc., etc., comprado enquanto se é dono do tesouro público; e apenas no meio de tudo isso surge o processo Parobé, que num ato mostrou ser o homem mais honrado que tem aparecido nesta província dos descabros da república, da moral e dos caracteres dos Catões agiotas e assassinos.

Roma, na república, seguiu o mesmo sistema. Também, em Roma, era o povo que nomeava o seu cônsul, terminando o seu tempo voltava a ser cidadão, e, portanto, soldado às ordens, muitas vezes, do que ontem fora seu soldado.

Isto veio terminar com Júlio César, que acusado defendia-se falando a seus soldados; mas já o espírito público estava tão aviltado que Júlio César quando queria insultar aos seus soldados, e acordar-lhes o espírito em seu favor, chamava-os de cidadãos; e as legiões respondiam furiosas: leve-nos à morte, mas não nos insultes.

Era então em sinal de reconciliação ele os chamava camaradas.

Só na hora da batalha chamava-os soldados.

Nas modernas organizações, em que a tática militar exige estudos especiais, a disciplina não permite que o militar discuta em questões pessoais, e por isso nasceu o célebre aviso de censura que motivou a transformação do país, em forma de governo, em modo de fazer fortunas; e até no direito de ser senhor de tudo, até das vidas e fortuna do povo.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 17/02/1899, p. 1

ALERTA XXIV

Se ao militar não era permitido, sob pena de indisciplina, discutir pela imprensa, ao deputado que devia ser o maior zelador dessa disciplina, não era permitido censurar a quem não lhe podia responder; e não era nobre, nem digno encastelar-se nas suas imunidades para profligar, em um indivíduo, erros que eram originados do defeito de organização dos corpos especiais que ele podia fazer cessar apresentando um projeto regularizador; e então, sim, para justificar esse projeto, poderia referir o fato sem contudo trazer em evidência o oficial.

Somente quando um oficial comete faltas que ofendem publicamente os interesses sociais pode seu nome ser levado a imprensa.

Quando, porém, o militar filia-se a facções policias; luta por partidos; defende homens que um partido acusa como causador dos males públicos, esse militar perde as prerrogativas que a lei lhe confere, e sua pessoa e caráter podem ser discutidos como os de qualquer homem, e com mais severidade ainda, porque aquele militar que veste uma farda em que a nação teceu seus preceitos de honra, que recebe soldo para defendê-la, e por isso em tempo de paz deve ser cercado de todas as garantias e conforto para ter a inteireza de caráter que é indispensável a um militar, cujas vestes brilhantes chama para si atenções e simpatias; que conta,

e deve contar, que a família será amparada depois de sua morte, e envolve-se nas questões partidárias; faz ostentação de auxiliar, por meio de armas, aqueles que são do seu partido; e alguns que não tendo a compreensão da gravidade do seu papel, na sociedade e na pátria, vem louvar atos, prometer continuá-los, quando a nação em sua maioria os reprova, ou mesmo em minoria, esse oficial deixa de ser militar para ser um homem como outro qualquer, e jamais deveria invocar o seu ofício para fazer calar a boca que o acusa; esquecendo-se que, se um homem escuda-se no espírito de uma classe, ou nas forcas que com o dinheiro público se sustenta para fazer calar a boca que o deve acusar, por faltas que lhe doem, esse homem tem perdido todos os predicados que exigem o preceito público, e se é um militar lavra para si o título do covarde, que num militar é infamante.

Tem ofensas pessoais? Dispa a farda, sem aparato, e como homem vingue-se, sujeito às consequências de seu ato; se a ofensa é coletiva, tem na lei o meio de vingá-la.

Tenho um filho que, conquanto muito jovem, é já militar, há dois anos, e outro que este ano vai seguir a mesma carreira, e todos, cinco que tenho, se me ouvirem seguirão a mesma carreira.

O futuro que nos espera, preparado por esse presente sórdido, que nos deram, será de lutas mortais.

Ainda ontem, ao almoço, falava eu sobre essas negras apreensões, e a luta que teremos para não sermos subjugados por outros povos, sem defesa como estamos, e sem que os nossos políticos pensem nisso um momento; meu filho disse-me

com linguagem calma que indica uma resolução: ~faremos nós esses muros de defesa, e saberemos lutar até a morte.”

– Sim, respondi-lhe; não serias meu filho se sobrevivesses à honra de tua pátria, bem como todos os seus irmãos.

E os olhos de minha mulher umedeceram-se ao ouvir essas palavras; e os olhos de todos, até do pequeno de quem me separei, em terra estrangeira, onde ele contava apenas oito dias de nascido, para lutar contra a tirania que prometia desonrar o Brasil desonrando o Rio Grande, eu senti que brilhava essa chama do amor da pátria que vem da combustão da alma. É, portanto, para meus filhos que escrevi estas linhas acima, que servirão para guiá-los no seu nobre, mas penoso papel de soldado do exército, em relação à sua pátria, e ao seu povo; ao povo que os há de sustentar, para defendê-lo e não para matá-lo.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 19/02/1899, p. 1-2

ALERTA XXV

Mas, se um militar é censurado, e, portanto, ofendido publicamente, como poderá calar-se deixando assim que a censura se justifique, e portanto se propague ao exército a que ele pertence, porque a censura foi feira, não ao homem, mas ao funcionário?

E se essa censura foi feita por um deputado, por uma autoridade, e ninguém lhe defende, ou por não poder ou por não prejudicar as conveniências políticas de partido, e pune ainda ou por meio de censura militar ou por meio de prisão correcional, não é dizer ao militar que ele tem superiores hierárquicos em todo o mundo, desde o fiscal do mercado até ao chefe da nação; gente que ele não conhece, porque como militar só obedece a lei, que se é severa na disciplina que impõe, para ser respeitada deve ser previdente até no afastar-lhe do caminho o menor embaraço que lhe faça desviar do seu caminho; ou sujar-lhe as calças brancas que só no serviço da pátria podem sê-lo sem se afearem?

Foi isto que provocou a questão militar nos últimos dias da segunda fase da nação brasileira.

O aviso-censura do ministro, que não defendera ao militar ofendido, prevalecia conquanto o ministro já se tivesse retirado da pasta.

Não era uma questão de pessoa, era uma questão de princípios que não permitia a permanência do precedente.

Infelizmente, ela tornou-se uma questão de classe que a desvirtuou no acordar de simpatias e antipatias, que privaram ao governo do Barão do Cotegipe, de profética memória, procurar a solução honrosa para o conflito sem quebra e arranhões do representante do poder público e dos seus defensores, o exército.

Eu tive ocasião, naquela época, de conversar com o marechal Deodoro, em Vila Isabel, em casa de D. Júlia de Alencastro Autran, minha parente afine, e prima da mulher do marechal.

Nessa conversa, conheci que o seu fito único era salvar a honra do exército ofendida em um de seus membros.

Nada tinha ele com a pessoa do oficial censurado; mas tinha-o com o pundonor da classe; e eu ouvi-lhe esta frase:

– Acabe-se com o brio do exército e ele será igual aos negros dos engenhos.

(Licença para um parêntese).

Deodoro dava-me as maiores provas de estima pessoal e apreço; por seu próprio punho deu-me cartas de recomendação para o Rio Grande sem eu as pedir, e que delas apenas entreguei uma ao Dr. Domingos dos Santos, por me ter visitado antes de recebê-la.

Proclamada a república, recebi carta do Rio em que me dizia que Deodoro perguntava por mim, e porque não ia ao Rio.

Amigo dele, e mesmo sabendo disso nunca lhe escrevi uma carta nem passei um telegrama, nem mesmo quando intendente de Bagé, inaugurei ali as armas da república; quanta ilusão! E o retrato dele; mas comecei a duvidar de sua obra no dia em que ele aceitou o título de generalíssimo e me coloquei em franca oposição quando não teve forças para se opor à exploração do exército no interesse político como se deu com a guarnição e escola de Porto Alegre na deposição do Dr. Tavares, início e origem de todos os desastres da república.

Eu não tinha então relações de natureza alguma com o Dr. Tavares.

Minha oposição ao meu amigo, e contraparente, foi bem franca em uma série de artigos que sob o título de – Cromwell, publiquei na *União Nacional* de Bagé.

Portanto, eu poderia ser um rico na república, “comme eles autres”, se o mundo, a pátria, a dignidade e o futuro para mim consistisse no princípio adotado no Brasil – **a pança**.

Hoje, que Deodoro está morto e esquecido, posso falar sobre ele como homem, sem que fira os meus princípios.

Um morto que não serve de instrumento para o negócio dos vivos em nada pode aproveitar a um proscrito em sua própria pátria.

Deodoro era honesto e patriota.

A ideia de república, e traição ao imperador nunca passou pela sua mente,

Na expedição a Mato Grosso, com aquele corpo do exército e os cofres cheios de dinheiro que levava, houve quem apreciando somente aquele presente atuante

lhe lembrasse de fazer de Mato Grosso uma república como o Paraguai de que ele seria o chefe perpétuo; Deodoro recusou com tal energia tal asserto que o embrador da ideia teve sérios arrependimentos de tal ter dito.

Foi a força das circunstâncias que levaram ao ato de 15 de Novembro.

Fosse ele vivo, e vendo as desgraças de sua pátria, já teria procurado remediar seu erro.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 22/02/1899, p. 1

ALERTA XXVI

Não cabe, aqui, segundo a natureza e fim destes artigos, indagar das causas remotas ou próximas que originaram o proceder dos coronéis Madureira e Matos, causa imediata da questão militar.

Convém, porém, dizer, ou antes repetir, porque mais de uma vez o temos dito em diversas ocasiões, que o Visconde de Pelotas era inimigo pessoal do general Deodoro; que este era filiado ao Partido Conservador, a ponto de ocupar um cargo de confiança política na situação dominante então, que abandonou para não ser julgado indigno da farda que vestia, em face do caráter que tomava a questão, apesar da estima que lhe votava o chefe conservador, que já previa nele o sucessor de Caxias como lhe escrevia; era senador eleito por esse partido; fora ministro e era o herdeiro político do Conde de Porto Alegre e Osório.

Entretanto, nem as opiniões políticas, que servem para justificar tantas infâmias; nem as amizades pessoais aos pró-homens dos partidos; nem a inimizade pessoal entre os dois grandes soldados, que faz sepultar os deveres da honra no monturo do prazer de ver o inimigo sofrer, conquanto esse sofrimento ofenda-lhe moralmente e lhe ameace pelo mesmo motivo, então justificado, conseguiram separar em ideias aqueles dois velhos servidores da pátria nas suas lutas

cruentas; e Deodoro, e Pelotas resolutamente, sem intervenção de terceiro, caminharam um para o outro, apenas se avistaram, e se abraçaram!

Estava sagrada a causa que defendiam; o exército ofendido ergueu-se ativo; ia ter a reparação da ofensa; ia mostrar que a honra do exército de uma nação é como a da mulher de César, não pode nem deve ser suspeitada.

E tinham razão.

O Exército não era político; o exército era a síntese da dignidade da Pátria como era a síntese de todas as classes e de todas as raças; e quando um exército é o que ele era, uma ofensa que lhe empane o brio se propala à pátria inteira.

Foi por isso, e não pelo interesse das facções ou coletividades que apesar da magna questão que agitava o país, a abolição da escravidão, todos voltaram atenção para questão militar.

Eu, no Rio de Janeiro, frequentava lugares onde se achavam as sumidades políticas de ambos os partidos; e ouvi-os.

Nunca ouvi falar nas vantagens que poderia vir a este partido e a desvantagem aquele.

Apenas tinha-se esse olhar abrangedor com que se estuda num golpe de vista o que pode sobrevir, e qual o meio honesto e humano de preveni-lo.

Um dia, eu vi entrar para o Senado, doente, alquebrado, O Visconde de Pelotas, que dificilmente caminhava apoiado ao braço de seu filho Felipe.

De uma das tribunas assisti a sessão.

O Barão de Cotegipe, com aquele tino político que lhe era peculiar, falava, e querendo atenuar o sombrio da questão, referiu-se a pouca importância do motivo dela, com ar de riso.

Pelotas, com esforço, levantou-se e disse, no meio de todos aqueles velhos senadores que ainda lembravam a respeitabilidade de uma nação:

– Não ria-se; não ria-se; está tratando de assunto que interessa ao exército brasileiro!...

Eu senti arrepiarem-se os cabelos de minhas carnes ouvindo aquelas poucas palavras, e um silêncio que por um momento reinou no recinto deu a meus olhos alguma coisa de majestade àquela assembleia; só depois o silêncio foi interrompido pela voz de Taunay, o soldado poeta que, há pouco, deixou de contemplar as desgraças de sua Pátria; desta Pátria que ele defendeu com a vida, que ele nobilitou com o seu talento, com o fogo da sua alma de patriota, entregue depois a insensibilidade dos mercadores de trastes velhos, dos agiotas e bobos alegres.

Com próximos artigos concluiremos o paralelo que buscamos estabelecer, esta série de predicções no deserto, bem longa e bem inútil, escrita apenas em satisfação à nossa energia íntima, e a nossa consciência.

Os movimentos convulsivos dos cadáveres galvanizados são fugazes, e nesse movimento seria possível obter o que se chama consciência pública nesta república dos “espertos”.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 23/02/1899, p. 1

ALERTA XXVII

Nos entrelinhados do *Jornal do Comércio*, do Rio, vem um artigo, sistema morcego, onde parece lamentar-se o General Telles, ao mesmo tempo que o crimina, e trabalhando pela causa castilhista, taxa de funestos os hábitos do senhor Júlio de Castilhos.

Dir-se-ia que o autor acabava de sair da mesa do almoço do senhor Pinheiro Machado; e expurgara para escrever o que em palestra ouviu apenas a injúria com que ele se refere agora ao General Telles e o desprezo que sempre tratava da pessoa do senhor Júlio de Castilhos que, a dar-se crédito ao que se diz no Rio, diz ele ser um trambolho do seu partido, que por ambição tem afastado todos os que tem merecimento histórico; que muito lhe tem custado aplainar dificuldades, e até conter ânimos que se revoltam vendo o senhor Castilhos procurar o que há de mais reles para formar um grupo de sua elite, etc.

Nesse escrito acusa-se ao General Telles de ser partidário e aconselha-o a fugir da política; como prova de seu partidarismo apresenta-se o ter sido seu nome lembrado para presidente do estado.

É esse acerto que nos obriga a fazermos esta referência aquele escrito.

O nome do general Telles, lembrado para presidente do estado, não o foi por interesse partidário.

Quem escreve estas linhas foi talvez o primeiro que de tal lembrou-se e aconselhou os amigos para lentamente ir fazendo vigorar a ideia.

Era política; tudo que melhorara ou promete melhorar a sorte de um povo é política, mas não era a política de partido, era a política da humanidade para esse infeliz Rio Grande do Sul.

O senhor Carlos Telles fora o inimigo mais prejudicial que se apresentou diante de nós em campanha.

Foi sua bravura e resistência que deu um golpe mortal na revolução, no sítio de Bagé; sua energia e coragem, fazendo marcha ao mesmo tempo que consertava estradas de ferro para se opor a tomada do Rio Grande. Ora se qualquer desses casos tivesse sido favorável à revolução, o senhor Castilhos teria tido o seu Monte Cazeros; é, portanto, a General Telles que senhor Castilhos deve o que ainda é; isto é, ser senhor do Rio Grande.

Devia-se, portanto, calcular o grau de estima que lhe votaria o senhor Castilhos.

Quando depois da pacificação fui a serviço à casa do Coronel Carlos Telles, falar sobre o desarmamento, na sua sala de jantar, onde teve lugar a nossa conferência, amistosamente, a tomarmos mate, ele censurou a revolução, e fez elogios ao senhor Júlio de Castilhos, justificando a revolução, minhas últimas palavras foram:

– Oxalá que muito breve o senhor Coronel, como todos que nos foram ofensos sem crueldades, não tenha de sentir o que é o senhor Júlio de Castilhos que não se importará de matar o mundo inteiro no seu interesse...

– É porque o senhor não o conhece, que o julga assim, respondeu-me.

A ida do coronel Telles à sua fazenda, por Porto Alegre, o senhor Castilhos foi, em pessoa, com bandas de música recebê-lo.

Portanto, lembrar o nome do senhor Coronel Telles para presidente do estado, devia-se supor que seria o motivo de prazer para o senhor Castilhos que procura galardoar todos os bons servidores da república, e que devia sentir a alma transbordar-lhe de gratidão só ao lembrar-se do nome do senhor General Telles; pro nosso lado teríamos o que desejávamos.

O senhor Telles não consentiria na continuação desse martírio a que foi submetido o povo rio-grandense, que, mesmo a partir dos que obedecem ao senhor Júlio de Castilhos, é preciso estudar-lhe diariamente os gestos e as feições para saber o que lhe vai lá pelo pensamento, qual a sua idiossincrasia momentânea para executar ou ao menos não contrariar, sob pena dos maiores castigos; de cair em desgraça, e irem à cadeia ou ao mato.

Era este o único fim que teve-se em mente lembrando nome do senhor Carlos Telles para presidente do estado.

Era amigo do senhor Júlio de Castilhos; tinha serviços reais; não seria um instrumento seu no aviltamento do Rio Grande.

Era, portanto, uma candidatura misericordiosa.

Um templo de asilo para os infelizes rio-grandenses condenados ao extermínio, lento, mas constante.

Mas, nos enganamos.

Pensávamos na gratidão do senhor Castilhos, e o senhor Castilhos só é grato a si mesmo, quando contempla seus atos.

Só teve um fim aquela lembrança; mostrar como ele trata os homens, que o servem, mas que não são executores de suas vontades especiais, nos momentos de crise.

E, graças a Deus, o senhor Telles veio formar na linha dos que tanto são injuriados, xingados, a ponto de se tornarem beneméritos.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 24/02/1899, p. 1

ALERTA XXVIII

A lembrança do nome do senhor General Telles para presidente do estado teve outras vantagens de utilidade pública.

O senhor Castilhos conhecia a ação que exerce na alma indígena essas honrarias, porque sabe que fazendo um indivíduo deputado tem nele um instrumento seu, a ponto de ser cumprimentado por eles, por ocasião dos cumprimentos em massa, mesmo depois de insultar a membros proeminentes da classe, como se deu depois da leitura da mensagem insultuosa ao General Carlos Telles, acusação ferina no Senado sem que ao menos o marechal senador pedisse que modificasse a linguagem visto que se tratava de um militar de alta patente que ali não estava para defender-se.

Outros militares que por lá flanejam do Senado à câmara, também nada disseram.

Uma defesa deles, imediata, poderia ter sufocado este conflito que nada foi além de uma página de vergonha para a desditosa república brasileira.

Era o senhor Pinheiro Machado quem acusava; era o protetor do senhor Júlio de Castilhos, portanto, o padrasto da república, quem falava; contestar seria ofender a própria república, que tem na linguagem do castilhismo seu padrão de glórias, sua pureza de Catão, sua simplicidade de Cincinnatus.

Só uma vez saiu-se mal nesse sistema o senhor Castilhos: foi quando o Marechal Floriano mandou dirigir as coisas da guerra civil que provocara no Rio Grande o senhor General João Telles.

Antes de chegar ele ao Rio Grande já estava eleito deputado; mandou-se um resignar; marcou-se de afogadilho o prazo para eleição, e mandaram o diploma ao General João Telles.

Julgaram-no assim um instrumento; mas naquele soldado da pátria e não do senhor Castilhos pulsava um coração brasileiro.

Não ganhara seus bordados senão lentamente, lutando muito contra os inimigos da pátria; não podia manchá-los na matança premeditada do povo que nascera na mesma terra que sua excelência, para dar forças para um homem, para criar um partido sui generis, como nós sentíamos, como dizíamos, como o senhor general Galvão conheceu e confirmou tudo que dissemos antes.

O senhor general João Telles doeu-se de ver a injustiça.

Soldado, ele sabia o que vale o amor à pátria, nos que a constituem, nas horas de perigo; e sabia que as guerras civis provocadas pela injustiça, pela crueldade, com o fim de enriquecer os outros, de dar a eles poder e força, mata esse amor natural, porque a pátria ideal que se perpetua na memória das gerações como o asilo de tempos bons, dias felizes; refúgio das esperanças, no lugurio da saudade; mas quando a pátria não é senão o cepo de suplício para uns, a cadeia da escravidão; enquanto outros são os senhores; são os gozadores de todos os proventos do trabalho alheio; são castigados por eles; até a condenação à morte, dos que se

revoltam contra o latrocínio em nome da lei, e fogem, por isso, ou recebem a morte legal, esse amor da pátria esmorece, e o homem só procura quem venha dar um pouco de descanso, seja Menelik ou o Xá da Pérsia, o diabo mesmo; mas que não seja isto que aí está que o arrancou de sua vida pacífica, do seu labor modesto, da tranquilidade do seu lar, da abastança do pão para a família, e vê tudo sombrio; provocações, insultos por toda a parte; roubos, assassinatos, conspirações a toda hora, e o país servindo apenas de rês para o banquete de Gargantua.

O senhor general Telles previu isto.

Previu que o senhor Castilhos para poder crescer e viver mataria o Rio Grande.

Viu que aqueles crimes cometidos pela legalidade plantariam um eterno ódio entre os rio-grandenses e a sua raça; a raça gaúcha extinguiria devorada pela insaciabilidade do senhor Júlio de Castilhos.

Foi por isso que ele foi franco.

Homem de boa-fé, ele julgava que quem o mandava estava iludido! Que agia por não saber o que por cá ia.

Avisou-lhe. Desprezou o diploma de deputado, mas salvou a honra que era a sua glória.

Pobre! Foi punido.

Falar de crime e criminosos nesta república é conspirar contra as instituições.

Foi mandado colocar-se num ponto que não competia a um general cujos bordados serviam de alvo.

Foi melhor assim do que mandar-lhe fazer faxina na casa da detenção.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 28/02/1899 P 1

ALERTA XXIX

A explosão dos ódios castilhistas contra o General Carlos Telles, que até então era um benemérito, chegando ao insulto direto oficial, veio demonstrar que o exército vive e tem vivido na maior ilusão em relação ao apreço que lhe mostram os políticos, capazes de fazer ou mandar fazer buquês para presentear a Airone do camarote presidencial quando precisavam da inocência ditatorial do senhor Cândido Costa, de insultar aos senhores Pelotas, Galvão e Cantuária, e tantos outros quando não lhe obedecem os manejos, e exigir a prisão e a destituição do senhor Carlos Telles quando os rio-grandenses procuram dar provas de gratidão por não ter obedecido as ordens de extermínio, pela degola de prisioneiros.

O Exército, proclamando a república ou a aceitando-a, teve o elogio à boca cheia de todos os estômagos famintos que viam nele o grande garfo com que haviam de tirar das marmitas as viandas que o povo ali ia levar.

Hoje já nem se fala nele senão como indisciplinado, que é preciso ser extinto pela brigada estadual cujo único fim, no dizer de amigos do governo, é desmoralizá-lo, e não eternizar ao senhor Castilhos que dela não precisa por ter a seu favor a grande maioria dos rio-grandense; e que se assim não fosse, e os rio-grandense se rebelassem pela benemérita lei que ontem fez anos, e que ninguém se lembra

por ser a maior ironia que até hoje foi apresentada a um povo em todo mundo, aí estaria o exército e o dinheiro público as ordens dele como sempre esteve.

Para serem agradáveis ao exército, fizeram deputados e senadores oficiais; presidentes de estado até rapazolas que não haviam atingido a idade que a lei exige para ter senso comum.

Dizia-se que assim era preciso para poderem as classes ter seus representantes nas deliberações porque até então, com exclusão deles, elas sofrem por não terem quem lhes defendesse.

Caxias, Osório, Câmara, no Senado onde a política moderava os embates fogosos dos moços da Câmara, não representavam a classe?

Não eram ali mais da nação do que dos partidos?

Não eram respeitados e até venerados por todos porque representavam um acúmulo de gloriosos serviços na pacificação interna e na desforra externa?

Caxias não era conservador e não foi mandado como general em chefe para o Paraguai?

No momento em que, cansado, ou doente, quis voltar, depois de algumas observações em correspondência reservada o gabinete liberal julgando que talvez se estivesse dando por ele conservador e o gabinete liberal, quis dar sua demissão para não privar o país do serviço de tal cabo de guerra, a que o imperador se opôs porque se tal sucedesse a política seria prejudicial à pátria matando o patriotismo e acordando o espírito de facções nos seus momentos cruéis; E porque se Caxias

por ser conservador não queria servir com um gabinete liberal, Osório, Porto Alegre, Triunfo, não queriam servir com um conservador!...

Felizmente o motivo não foi esse.

Se fosse, desde então teríamos visto isto que aí se vê hoje: governo demitindo, processando, prendendo um general por interesse do senhor Castilhos, porque os federalistas perseguidos, assassinados, ameaçados diariamente de hecatombes medonhas, ou de assassinatos, se falam, se ousam falar, encontraram nele em Bagé um refúgio, e alto proclamaram esse caridoso asilo, esse território neutro nos domínios do senhor Castilhos; e o que é mais vergonhoso, depois dessa ofensa ao brio, à dignidade de um valente soldado, cancela processos, põe-no em liberdade por seus serviços passados.

Quem seria a alma caridosa que foi dizer ao governo que tais serviços existiam, porque ele não os conhecia, a ponto de ter chegado a tal energia?

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 2/03/1899, p. 1

ALERTA XXX

Os militares que foram nomeados deputados ou senadores, não existindo no Brasil um partido militar, foram mais prejudiciais a classe do que útil a si em relação a suntuosidade.

Para serem designados tiveram de se sujeitar aos ditames do chefe designador, até o ponto das transformações imediatas.

Numa circular ou manifesto dos representantes do senhor Júlio de Castilhos, onde se dizia: “nós os propagandistas da república, etc, etc”, assinava-se também o senhor Marechal Frota.

Que o Marechal, como todos os velhos militares, tivesse aceitado a república depois do fato consumado, para não derramar sangue, para alterar a paz da família brasileira, que aceitou confiante e festejou-a como o povo dos Incas festejava a chegada dos espanhóis de Cortez, era natural; que o senhor Marechal visse depois que a república é muito melhor do que a monarquia, que promete mais glória, mais brilho, mais grandezas, mais civilização, mais progresso para a pátria, único ponto de convergência do ideal do soldado que só a ela pertence, compreende-se, e justifica-se porque o homem modifica suas ideias em presença dos fatos, na previsão da resultante desses fatos.

Seria uma prova de loucura, a fixação de ideias prióricas, se em face de um resultado bom se continuasse julgar má a causa desse resultado; para assim ter julgado antes, como em face de resultado mau julgar boa a causa, pela mesma

razão, indicaria apenas falta de critério; mas negar tudo que fora e dissera, e subscrever o que ontem combatia, não como vencido ou como convencido tendo sido paladino a favor, é um perigo social de desastrosos efeitos na educação dos moços que precisam de exemplos e não de palavras; de justiça e não de favores; de estímulos nobres, seja qual for a crença ou religião que estão filiados, e não descrenças em presença dos fatos e dos atos.

Os políticos, então, vendo no exército o único fator da república, procuravam crescer à sombra dele, e para isso trataram de ganhar-lhes as boas graças.

O exército foi generoso, ou antes, mostrou que não queria sair de seus quartéis.

Muitos militares, como Argolo então, negaram absolutamente seu nome para as lutas políticas; mas assim não ia bem.

Eram precisos militares para representar a classe; defendê-la, quer em relação ao todo quer a indivíduos: para promover, indicar os melhoramentos necessários a ela; no bem-estar material e moral do soldado, se não fosse perturbado senão pelas agruras da profissão.

O que se deu, porém? O que temos visto e o que estamos vendo.

Os militares designados só o eram para chamar adeptos no exército para o partido a que pertenciam.

Por meio deles o chefe contava com apoio para seus interesses, mas no momento em que a classe fosse ofendida esses mesmos deviam-se silenciar para não irem contra o chefe ou os interesses do seu partido.

Foi daí que nasceu esse golpear constante no exército.

Se uma vítima, um sofredor, que foi rico e a guerra civil empobreceu; trabalhava e vivia na abundância querendo ir poder educar os filhos viu-se por ela privado de tudo, lamenta, e buscando a causa desses sofrimentos, dessa miséria, desse desânimo sobre o futuro, dessa necessidade de trabalhar muito para poder hoje comprar o que apenas cobra a nudez de um filho, quando antigamente esse mesmo trabalho bastava pra todos os confortos, e vai encontrar na causa de tudo isso na união danificadora do presente e destruidora infalível da pátria no futuro próximo, do senhor Marechal Floriano com o senhor Júlio de Castilhos, surgem ameaças; matam ou ameaçam matar; o clube se reúne para dizer que não se fala mais do grande Marechal, e, portanto, do senhor Castilhos que só vive porque ele fê-lo o viver; entretanto se, não há queixa; não há lamentação, mas o insulto para poder ser senhor somente de escravos, parte do Senhor Castilhos, o silêncio é absoluto, quando não são louvores que recebe.

Tal foi o efeito da política partidária no exército.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 3/03/1899, p. 1

ALERTA XXXI

O senhor Júlio de Castilhos, que de suas crenças fazia meio de vida na propaganda como redator assalariado da *Federação*, enquanto os outros nem só levavam para ela o trabalho mental como o conforto material, muitos por isso empobrecendo, ou restringindo as despesas necessárias, ao se dizer que *isto* já era república apresentou-se como seu dono; como o herdeiro ausente que chegasse na fazenda de seus antepassados.

Não foi feliz como esperava, não se pode impor, mandar, distribuir para quem quisesse, guardar para si o que quisesse, como faz o estancieiro em sua estância; ao contrário, foi bem somenos a sua figura nos primeiros tempos, o que teria posto em risco a república se ele tivesse elementos para destruí-la.

Demétrio Ribeiro foi ministro; Assis Brasil era acatado na ditadura, daí o seu rancor a ambos que depois se viu explodir com a intensidade do jato de um gêiser de lama.

Mesmo em coisas comezinhas não teve influência bastante para fazer triunfar uma causa que advogasse, como aquela de Fanor Complido; como os tempos mudam! Ele pode depois transformar o Rio Grande em propriedade sua e dividir o povo em gado de criar e gado para matar.

Sua figura começou a projetar a sombra sinistra sobre a república no momento em que explorando a impetuosidade das crenças dos rapazes da Escola Militar reconheceu fraqueza ou desânimo em Deodoro que, sem dúvida, já previa os

horrores que ameaçavam a pátria que ele pensou salvar em momento de sugestão; esta mesma mocidade da escola foi depois tão perseguida pelo senhor Castilhos que muitos daqueles que o elevaram preferiram abandonar a carreira a seguirem a humilhação; e essa mesma mocidade que foi a progenitora da grandeza do senhor Castilhos sofre hoje insultos até dos seus soldados municipais, e os que protestam contra esse insulto são punidos; faltava ao senhor Castilhos ser patricida, e o foi nesse ato com a Escola Militar.

Desde então, tornou-se o senhor Castilhos o morgadinho da república, com obediência de todos os seus caprichos, como as crianças malcriadas, filhos de pais ricos que não admite que se contrarie a vontade; mas, infelizmente, nem tudo ele teve dessas crenças que ordinariamente são generosas; ele teve esse espírito destruidor e mau das crianças mais epiléticas, que espancam os criados, insultam os pais, falam em morte e incêndio se eles as contrariam, enforcam os cães, capam os gatos, penduram-se pelos dentes, nas orelhas dos cavalos que não se querem deixar enfrenar e só deixam quando trazem na boca um pedaço em que seguravam, e se os peões falam arremessam-se contra eles; e se recebem o troco vão se queixar para fazê-los punir, isto é, tudo que faz uma criança de má índole como ainda hoje conta, à beira do fogão, o velho Felicíssimo Dorneles que foi peão de uma estância onde havia uma criança assim, o senhor Castilhos quis fazer no Brasil e tem feito.

Trata a todos os seus como servos, e aos adversários como criminosos.

Insultou impunemente o Marechal Floriano; dirigindo-lhe maior insulto se pode dirigir a um soldado – chamou de traidor da sua pátria; insultou ao general Galvão; ao general Cantuária, e a outros oficiais que seria longo enumerar.

Tudo saiu para ele bem; tudo lhe foi útil.

Agora chegou a vez do senhor general Carlos Telles, a quem deve o não triunfo material da revolução.

Não saiu-se bem; o senhor Carlos Telles sentiu o golpe da ingratidão e reagiu.

Ameaçando ao senhor Campos Sales, que só pode contar com a boa vontade inglesa se não tiver alteração da paz, obrigou-o a esse triste papel de remover, demitir, processar, prender o senhor Carlos Telles, mas teve de recuar diante da justiça, como havemos de ver; o senhor Castilhos se enfureceu de novo, e enquanto passa telegramas anódinos ao senhor Campos Sales, faz o seu exército oferecer espadas de honra ao senhor Pinheiro Machado, gravando o nome de lugares onde foram degolados alguns maragatos que se achavam dispersos, ou retardatários separados de seus companheiros por um rio caudaloso; ou de onde fugiu do combate que se lhe oferecia, até deixando pelo caminho seus feridos.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 5/03/1899, p. 1

ALERTA XXXII

Se os militares que esquecendo-se de que a farda de um soldado numa pátria digna, embora pobre, encerra tudo que de nobre e grandioso existe em relação à liberdade e independência, ao acharem pouco isso que a nação lhes dá em retribuição, lentamente é verdade, mas constantemente, entregam-se às facções políticas, descuidam-se, do que não é pouco, preparar-se para nas horas supremas saber libertar a pátria, compreendessem o perigo que os aguarda no futuro, e a todos, desde que no presente são um meio para a execução de planos alheios, certamente veriam que a missão muito mais nobre do soldado se antagoniza à missão dos políticos de partidos, e de sistemas.

A pátria é uma; as instituições que a regem são apenas o manto de agasalho que a veste.

Roto ele, ou tornado imprestável, é forçoso mudá-lo; a mudança de um manto não modifica a natureza do indivíduo, e é nesse indivíduo que precisa viver, e não o manto.

Obrigá-lo a conservar trapos, ou gaze bordado a ouro, quando o vento frio do inverno da miséria já lhe contrai as carnes, é obrigá-lo a morrer rapidamente por congelado ou lentamente pela gangrena que lhe vai esfacelando primeiro os membros extremos, depois todo o corpo.

A influência política do exército, as teorias utópicas, puras em alguns, mas industriosas hoje, nos espíritos que vão fazendo fortuna à custa dos bens alheios enquanto pregam viver para outrem, foram a causa do aparecimento prematuro da república no Brasil, sem que o povo pudesse mesmo compreender; o que a transformou nesse ente irritante e irritativo como os seres microcéfalos, que só tem o sono profundo ou as convulsões que os obrigam a romper entre os dentes e unhas as vestes e as próprias carnes quando não encontram para destruir alguma coisa que não seja sua.

E o que nós vemos de tudo isso, só não veem os cegos, ou os espertos que mesmo nas carniças encontram alguma coisa que lhe dê meio de ganhar dinheiro.

Não houve quem, no Brasil, dando um viva à república não fosse capaz de governar um povo; desde que o senhor Campos Sales que hoje se banqueteia enquanto despede os operários e reduz o exército e não reconstrói a armada, para pagar a dívida ou a diferença de câmbio que surgiram do favoritismo do marechal Floriano para o senhor Júlio de Castilhos, até o analfabeto de maus costumes que o interesse de partido coloca à frente dos municípios.

São eles que fazem as leis, são eles que as executam; e o que mais é, essas leis e suas execuções devem dar-lhes o bem-estar no presente e as reservas para o futuro: e eles com pouco não se satisfazem.

Afora as poucas exceções, todos eles que entram pobres para o governo saem ricos.

Uma convenção, que ordenasse o inventário da maioria deles veria como é fácil ser rico sendo governo; e saberia a razão porque é que vamos ficar sem nada do que a previsão nos obrigava a construir, um empréstimo futuro, como dizia o conselheiro Saraiva; e que construímos com perseverança sem que os operários se enriquecessem como hoje enriquecem; hoje não, ontem, porque já não podem tirar sem ordem de Rothschild, quem apenas passava pela administração de um qualquer emprego onde os Vieiras podiam se encarregar de auxiliar a matança de pobres brasileiros.

Até o arsenal de marinha do Rio de Janeiro vai ser vendido; tudo será vendido, porque já foi a honra do Brasil.

Só não se venderá o Catete, que por ostentação foi comprado.

As prostitutas vendem o corpo, arrastam a alma ao lodo, prestam-se a toda abjeção que as almas devassas exigem; umas buscam sempre sedas e veludos, carmins e perfumes, ricas mobílias, carros tirados por cavalos de raça; o luxo que ofusque e chame; que lhe busque amantes.

O Catete que foi o causo do descaramento do senhor Manuel Vitorino até o ponto de tratar do *negócio* com o Deocleciano Martir e ser amigo do senhor Júlio de Castilhos não será vendido.

As estradas, os arsenais, os quartéis sim, ainda mesmo que seja o povo quem o faça, como agora mesmo em Dom Pedrito; tudo será vendido, menos o Catete.

O senhor Campos Sales precisa dele para dar banquete aos seus amigos.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 7/03/1899, p. 1

ALERTA XXXIII

Seguindo-se o exemplo que se tem estabelecido no Rio Grande, nenhum militar poderá ser o que o dever prescreve se esse dever irrita ao senhor Júlio de Castilhos ou se opõe aos seus planos.

Já falamos a respeito da questão militar na monarquia; apenas a esse tempo nos referiremos que foi considerado motivo de ofensa ao brio do exército pelos mesmos jornais que hoje xingam ao senhor general Carlos Telles, o haver o Visconde de Ouro Preto, presidente do Tesouro, ministro da fazenda e presidente do Conselho, censurado ao comandante da Guarda do tesouro por não estar no seu posto, e por isso não achou um oficial que, por sua ordem, reduzisse à prisão oficial que nem só faltara ao cumprimento do dever como desconhecera a autoridade do chefe do poder executivo, por não ser ele militar.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, cada manifesto político do senhor Castilhos desde os artigos da *Federação* quando no poder o senhor Floriano, de quem ainda não era persona grata, ou o senhor Pelotas, ou Barreto Leite, até os que em seu nome são mandadas a sua orçamentária, contendo insultos revoltantes a militares que um motivo qualquer colocou no seu caminho como empecilho a plena realização de avassalar sem defesa o Rio Grande ou destruí-lo para poder

depois lançar suas garras ao Brasil, que sabendo nunca ser seu, procura mutilar ou enfraquecer para facilmente poder ser conquistado por outros povos.

Insultou ao senhor Galvão que fez a pacificação; o senhor Galvão teve além disso o castigo oficial que o senhor Bernardo Vasques, de quem o senhor Castilhos diz *ter laços de simpatias inquebrantáveis*, lhe impôs.

O senhor Galvão só teve como paga do bem que fez a sua pátria, de tudo que sofreu até as lágrimas da esposa pelo insulto que lhe mandava dirigir o senhor Castilhos por intermédio do senhor Cassiano do Nascimento no *Diário Popular*, até a ameaça de vir a brigada a Pelotas punir o 16º de infantaria que ali estava, uma carta do senhor Prudente de Moraes, onde agradecia-lhe como homem e como brasileiro o que havia feito, e não como chefe da nação, porque o seu secretário que o censurava não fora advertido de que no estatuto da república sua pessoa é desconhecida.

Insultou ao senhor Cantuária, procurou afastá-lo do Rio Grande, abrindo um conflito em que se revelou antagonismo, depois, vencido nesse conflito, com a hipocrisia que é o seu outro caráter quando não consegue ou não pode demonstrar os dentes de hiena, dizia alguns militares que talvez começasse a sentir cair a venda, que não fora ele; que fora forçado a tal, e que tanto assim era que fora ele que ensinara ao senhor Cantuaria o caminho para sair da [ilegível], segundo me disse pessoa que não mente e que tal ouviu.

Amanhã dirá, ou talvez já o diga, que foi ele quem ordenou ao senhor Campos Sales o cancelamento do processo do sr. Carlos Teles.

A tudo isso, nem na sua orçamentária, nem no Congresso Federal, onde ele coloca militares para sob responsabilidade deles poder insultar o exército nos seus oficiais, não aparece um só protesto.

Agora, vendo que a falta de motivo, as ameaças cômicas, as invenções de revolução de restauração, não bastava para justificar a existência do seu exército, enquanto o estado sente falta do que é indispensável ao seu futuro, enquanto há uma escola sem professor idôneo, sem casa sem mobília para mais de mil crianças, em perímetro de mais de 20 léguas, isto é, escolas insuficientes apenas nas sedes municipais, (que vergonha a comparação da instrução pública neste estado em relação ao Estado Oriental, que de distância em distância, ou antes onde houver meninos, há escolas bem regidas e bem mobiliadas?), e vendo no General Telles a figura proeminente, provável, do futuro e que não seria um instrumento em suas mãos, sem motivo, e sem critério arremeteu contra ele injuriando-o.

Depois da injúria recebeu por isso, a felicitação da sua orçamentária e dos militares políticos que dela fazem parte, entre eles quem há pouco em luta com os infelizes fanáticos misturou o seu sangue com o do general insultado e dele recebeu maior elogio, por bravura, que se pode receber de um chefe!

Até isto; até este sentimento de estima mútuo nascido, confortado no sofrimento e por isso duradouro, o senhor Castilhos apaga no espírito dos que dele se aproximam, ou dos que ele explora a vaidade ou a cobiça.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 8/03/1899, p. 1

ALERTA XXXIV

A harmonia social tem por base absoluta o respeito mútuo.

A reciprocidade que conserva, se deriva desse respeito; que arruina se deriva da opressão que tem como resultante a reação.

O oficial que não caracteriza seus atos pela disciplina, tanto mais severa quanto a elevação da patente, não pode castigar um soldado, claudica nos seus deveres, senão como quem dispõe de força, com quem tem prerrogativas que impõe a morte ou longos sofrimentos para os míseros indefesos que a lei coloca sob uma escravidão sem classe; mas nunca qual juiz, que para julgar precisa ser imune de crimes.

A lei é igual para todos; estabelecer nela privilégios é matá-la, e fazer desaparecer a esperança no homem de uma justiça que protege os fracos quando essa justiça apenas aumenta a força dos fortes.

Daí a reação; daí a rebelião; daí esse desprezo da vida, em presença de um golpe mortal único e certo preferível a esta morte lenta e ignominiosa a que eram condenados os escravos, antigamente, e são hoje milhões de brasileiros nessa república que só existe em documentos como ofício do chefe de polícia da corte salena ao senhor ajudante-general da armada, em relação à conspiração que,

segundo se disse, foi o próprio chefe de polícia quem teve dela notícia e a denunciou, ou espalhou o boato.

O exército brasileiro desgraçadamente tem assistido, num desvario sem limites, atos sucessivos de quebra de disciplina.

Esqueçamos do 15 de novembro e da condenação da bandeira que tantos mil homens haviam jurado defender até a morte, para que não se diga que seguimos sistematicamente uma trilha que não temos em mente nessas linhas.

A deposição de Tavares e a deposição do bravo General Clarindo, mostram entre si já um crescendo que talvez tivesse tido maior força se o Sargento Silvino tivesse triunfado e se Marcelino bispo tivesse acertado.

Esses fatos são prenúncios fúnebres para o futuro, que, se temos desejo de ver punidos quem tantos males nos tem causado, pelas mesmas armas de que lançaram mão, enche-nos de horror quando pensamos como se deram aquelas cenas de Santa Catarina onde pereceram, como entre canibais, muitos inocentes como Amado Barata, Caldeira, Paula Freitas e tantos; e entre eles o velho e venerável Barão de Batovi.

Quando a feroz Carolina de Nápoles, explorando a paixão do herói de Aboukir porque sua amiga a adúltera Lady Hamilton, exigiu a morte que se dava aos bandidos para o velho e honesto Almirante napolitano Carraciolo, entre centenas de dignos homens que sofreram as penas que Tibério, um milênio antes impusera aos romanos; o cadáver do soldado valoroso e leal desceu da verga da Minerva para o fundo do oceano com uma bala atada aos pés.

Eram vencedores os verdugos, e a corte napolitana veio, para entrar nos paços ensanguentados por tantas vítimas, julgando que em face de tal feito o terror seria moradia para a eterna defesa.

Ainda a bordo da *Foudroyani* a corte, cheia de terror, viu surgir à superfície das águas, como o mergulhador que vai ao fundo do mar buscar as pérolas preciosas com que deve ornar o colo do objeto de seus sonhos, o busto majestático da vítima da tirania insana de uma rainha, dissoluta e cruel, esposa de um rei impotente, e amiga da mulher que manchou a glória do maior herói que as vagas oceânicas embalaram.

Ao ver aquela figura de cabelos brancos e longos que se confundiu com a das espumas das ondas, o rei, cheio de terror, perguntou:

– Que me quer ele?

– Uma sepultura interna sagrada, responderam-lhe.

Quando, nessa meditação interminável aqui nos obriga a fatal ruína da Pátria, passam a nossos olhos os milhares de vítima dessa república de comanditas gananciosas, e entre tantas surge a figura desse marechal do exército brasileiro, o episódio de Carraciolo nos vem à mente, e parece-nos que, como ele, surgirá desse lodo vil que nos afoga, dessa imundície que nos envenena, a figura venerável do marechal Gama Lobo d'Eça, à frente de legiões de milhares de vítimas a pedir a pátria brasileira um lugar de honra nos seus fastos honestos.

Ai! O oceano na sua eterna vaga renova a onda que arranca do seu pego até aqueles que com ferro ali prendiam; mas os povos que se deixam matar, são como

o lodo dos mananciais: pode secar, mas nunca terá sacas que o agitem senão no enxurro das catadupas intulentas.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 9/03/1899, p. 1

ALERTA XXXV

Enquanto em Punta Arenas ao estrondo de inúmeros canhões das esquadras chilena e Argentina, os dois presidentes, dos países que elas representam, como demonstração de força e de poder no continente sul-americano, trocam afetuosas saudações de falar em segredo a *respeito* da política sul-americana, recordando-se talvez que são da mesma raça e falam a mesma língua; talvez se rindo das manifestações históricas, quase eróticas de que foram alvo os chilenos no Rio de Janeiro, que tiveram como paga imediata, segundo nos consta, o não convite em Montevidéu para as festas chilenas, o Brasil agoniza; se humilha; estende a mão suplicante aos credores; escraviza-se a uma firma comercial; despede operários que longos anos dedicaram-se a confecção de artefatos que seriam, em um momento, a defesa da honra da pátria se a república não os tivesse utilizado e destruído no interesse, e por causa do senhor Castilhos, único responsável por todas as desgraças do presente, e todas as calamidades insuperáveis do futuro, muito próximo, já se apresenta aos olhos da desgraça da pátria brasileira com o esgar, e o ritmo triunfante com que os pintores apresentam a figura da morte aos olhos do moribundo que gastara a vida na orgia, e que implora a vida com a promessa de se corrigir; mas bem tarde, quando a morte já dele se apoderou.

Não nos iludamos.

O Brasil vai entrar na sua última agonia; enquanto os indigentes então, argentários hoje, já tem traçado o itinerário por onde buscarão o estrangeiro para viverem ricamente, confiante de que onde houver ouro ninguém poderá ver a nódoa da infâmia, nem a mancha de sangue do crime, porque se ela queimava as mãos de Macbeth, era porque Shakespeare teve a lembrança de dar-lhe uma alma que não existe no assassino de sua própria pátria.

O senhor Castilhos, que de indústria, e já com cálculo pré-estabelecido, como em todos os seus atos que só tem por fim absoluto seu interesse individual, foi dos colaboradores deste monstrengo a que deram o nome de Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, elemento dissolvente de um povo, instrumento de morte nas mãos dos que souberam, em momento de bestialização, se impor como herdeiros de bens alheios; leito de procusto para o infeliz povo brasileiro tornado escravo para trabalhar sem descanso a preparo da riqueza dos *senhores*, sempre exigentes, sempre ávidos de gozo e de ostentação, e ainda obrigado a guardar-lhes as portas; ser flagelado até o suor de sangue, e ir derramar o resto nos campos de batalha fratricida para recobrar a liberdade, ou para aumentar a escravidão dos que o pudor e a dignidade acordavam o brio E diziam que era preferível a morte a esta vida de desonra numa pátria que foi livre e digna, ativa e nobre, respeitada e estimada e que eles levaram ao poste da ignomínia para poderem fazer a fortuna que escondem, ou com descaros ostentam.

A semelhança do saltimbanco que exploram a curiosidade ou a caridade pública com os aleijões, e dos monstros que a natureza produz, e fingindo-se condoídos, protetores e veladores dos seres desgraçados aumentam-lhes os seus defeitos,

conservam sempre avivados as chagas até que, ricos, matam a vítima se não podem vendê-la, o senhor Júlio Castilhos apoderou-se da Constituição em que ele colaborou; obteve por ela todos os meios de reduzir um pouco a servidão da gleba; esmolou lamentando o sofrimento e a provável morte da sua vítima, a caridade do senhor Bernardino de Campos, e hoje, rico, poderoso, impõe o seu domínio absoluto na sua fazenda que já teve o nome da nação brasileira, ou seu estacionamento!

Mas quem ainda for brasileiro há de protestar., e é por isso que nós protestamos a despeito do perigo que corre nossa garganta.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 10/03/1899, p. 1

ALERTA XXXVI

Não fora a dor que nos causa o ver a miséria, a vileza, a perda de pudor a que foi condenada a infeliz pátria brasileira que nos avassala a mente e os sentidos, que nos retirou do gesto o riso, que nunca nos abandonara, até ante os brinquedos dos filhinhos, que nos enche de apreensões, não pela pobreza que lhe deixaremos porque são fortes, e herdarão um nome que nem as riquezas, nem as grandezas, nem os gozos, nem os sofrimentos fascinaram ou acovardaram; mas por esse dia de amanhã em que sem pátria, ou escravo de outros povos, como o da Indochina, como do Egito, ou esfacelado como o da Batavia, terão essa vida de misérias que junte almas dignas aos corpos que não tem forças para libertar-se, certamente nós veríamos, e teremos prazer em ver, que tudo quanto dizíamos, e escrevemos, e por aí corre o mundo impresso, se tem realizado como as profecias dos antigos tempos, cumprindo-se não em séculos, mas em anos e até em meses.

Mais de uma vez bradamos ao povo brasileiro, quando na resignação de escravos que esperaram a vez de serem castigados, ou silenciam para não serem castigados, ou com aquela covardia infame dos povos aviltados que denunciam os próprios filhos ou pais, ou amigos, para se livrarem da morte, como nos últimos dias sanguinários de Roma, e na volta de Carolina para Nápoles, que julgavam para sempre subjugado, assistia a orgia de sangue, e de dinheiro a que seguiu-se

ao favoritismo do marechal Floriano para o senhor Júlio de Castilhos: cautela; a escravidão amanhã será maior, será eterna, se não despertares para aboli-la enquanto não se enraíza; não se fortifica, não esmaga, como os tentáculos da parasita que se enrosca no tronco da árvore pujante, sugando sua seiva, mata-a, depois de deformá-la.

E eis aí essa terra que já teve o nome de nação brasileira; que já foi respeitada; que já teve crédito; que libertou povos e fez empréstimos que até hoje não foram pagos, ou não cobrou-lhes a dívida; que já teve um Mariz e Barros para em pequeno brigue veleiro, a face do céu e no deserto do oceano mandar içar a flâmula de combate e ordenar a abordagem à potente nau guerreira cuja altivez e senho feroz mostrados no rir de cem escotilhas; bocas de monstro que tinha um por dentes enormes canhões mortíferos, bastaria para afastar, ou obrigar a pedir misericórdia a quem não tivesse no peito uma alma de patriota, ou se tivesse uma alma que não se dói do aviltamento se lhe dão paga com que possa gozar a vida.

E numa altivez calma e refletida levantou-se para protestar direito, contra a nação mais poderosa do mundo, e teve justiça, porque os fortes, dignos, amam a dignidade nos fracos, sem ser preciso as boas graças de terceiro que viesse pedir misericórdia em favor do fraco e que não se devia impor a pública humilhação!

Pensava esse generoso intermediário que a humilhação não buscaria outro caminho para trazer o golpe mortal a quem na maior das ingratidões deixou que se exilasse um velho honesto, justo e bom, para partilhar entre alguns o que ele com esforço inaudito conseguiu obter para sua pátria querida, cuja imagem era a única figura impressa em suas retinas; única defesa por onde transitava seu

pensamento e seus bons desejos; hoje podendo ser classificados de santos desejos.

Vês, Dom Pedro, o que fizeram de nossa pátria? Argumentavam-se que o Brasil não podia ser governado por brasileiros presididos por tua filha porque o marido dela é estrangeiro, embora tivesse selado sua adoção à nova pátria nos campos de batalha.

Entretanto é ele governado por estrangeiros que só calculam nos lucros comerciais, e que ante a usura não compreendem qual seja necessidade de honra em um povo que tem alma.

Nem uma arma, nem uma nau, nem mais armada, nem mais exército poderíamos ter, Dom Pedro, porque o senhor Campos Sales prometeu a Rothschild que não teríamos, sob pena de dar-lhe parte do nosso território deixá-lo de receber o seu subsídio durante quatro anos!

E a Argentina e o Chile se abraçam; falam em conquistas do Peru, do Paraguai e da Bolívia, e talvez do Brasil.

E os valentes rio-grandenses que altivos receberiam o primeiro embate, e fariam o primeiro protesto, ou jazem em ossadas na campanha, ou descrente do que seja amor da pátria duvidam se valeria a pena lutar como já se ludou para ser escravo do senhor Júlio de Castilhos.

E aqueles valentes baianos que corriam a partilhar as glórias dos seus irmãos do Sul, lá jazem vítimas da mais hedionda das crueldades nos sertões de Canudos, e os vivos meditam se vale a pena ir buscar a morte em terras longínquas para

libertar povos, e salvar a honra da pátria para depois virem dentro da própria pátria ser trucidados injustamente ao grito de – Viva a República!

Vês, Dom Pedro, em que se tornou nossa pátria; em que se tornou o povo por cujo bem gastaste toda a tua vida, todo o teu vigor, sempre pobre; sempre chão; sempre justiceiro., sempre resistente em libertar as vítimas que a justiça dos poderosos ameaçava.

Nossa pátria vai acabar de morrer Dom Pedro!

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 11/03/1899, p. 1

ALERTA XXXVII

No nosso artigo anterior, onde se lê – esfacelado como o da Batavia, leia-se como o da Polônia.

O nome da Batavia veio-nos a mente quando escrevemos, como exemplo de povo forte; exemplo que começávamos a demonstrar, mas que riscamos porque seria falar de um povo que conquistara os mares; que fez o solo de sua pátria conquistando-o ao mar, lentamente, construindo diques capazes de resistir a fúria das tempestades do mar tenebroso, que teve um sthatouder, ou presidente de república, em Guilherme o Taciturno; que preferiu romper os diques e inundá-los para alcançar uma vitória sobre os tiranizadores da pátria, preferindo a miséria, a perda de tudo a ser dominado pela Espanha, a um povo para quem passa despercebido tudo que a cada hora nos ameaça; a iminência de um esfacelamento, e divisão da pátria pelos outros povos; que ri-se do selo; que silencia-se ante as exigências dos banqueiros; que vê os bancos negarem a incineração do papel já pago, de conformidade com o arranjo da desonra, e aceita indiferente a notícia de que virá emissário do patrão para assistir às incinerações, isto é, para ver se esse papel recolhido é verdadeiro. E, se não será algum como aqueles que indiferentemente o senhor Cassiano punha em circulação; o que quer dizer que vai estabelecer a fiscalização estrangeira em todas as nossas

repartições, que, se pode privar que todos os dias se leia notícia de roubos e desfalques nelas, não deixa de ser uma vergonha, se essa palavra não foi riscada do vocabulário desde o dia em que tornou-se tino político, e diploma de estadista – atirar-se pelas janelas do poder, e ir esperá-lo de mistura com o conteúdo dos vasos noturnos, nos encanamentos de esgotos; mas que não deixa de passar despercebido a cor das calças do senhor Campos Sales, o seu fraque de Jockey para dar audiência aos seus secretários com mais indiferença do que tomaria contas a seus feitores se antes da república teve alguma fazenda; seus banquetes opíparos, o entusiasmo que reinou nesses banquetes a princípio; a frieza do dispéptico, no último, talvez por pressentir que essas comilanças não serão eternas; nem que sempre poderá passear sua figura presidencial em trem de gala e ao som enorme das salvas reais, nem correr, no seu jardim da imperial Petrópolis para receber palmas da garotagem pretendente a cargos onde se devia tratar da honra da nação.

O nome da Batavia ficou ali por um desses esquecimentos constantes em que tendo em mente um turbilhão de coisas a dizer sente a pena ser insuficiente, e mal pode ler o que vai deixando escrito.

Queríamos falar, ou antes falávamos da Polônia; dessa infeliz Polônia que terá em pouco no Brasil uma irmã, na divisão do território que já existe sobre o nome de Federação, e que não são mais do que feudos, cada qual com seu suserano, seus herdeiros forçados, com suas cortes especiais, suas intrigas, cada qual buscando crescer mais pela baixeza compre se curvam aos pés do sheik, do grão-vizir, do califa, do sultão.

A sorte que espera no Brasil, de já não é possível duvidar-se, a não ser nesse otimismo de barriga cheia, ou de quem tem terras e tem gados que não acredita haver lei que autorize a sua desapropriação, como não acreditavam que houvesse quem pusesse em execução as ordens do senhor Júlio de Castilhos "não poupar o inimigo nem em pessoas nem em bens" e viram com terror, os melhores castilhistas ricos, como o senhor José Octávio e Belisário Sarmiento, que para ser considerado inimigo bastava ter invernadas de tropas gordas, é a da Polônia, mas sem transição, sem luta; naturalmente como o apodrecimento do cadáver do morto por uma peçonha de víbora, que em vida já sentia a podridão; sem ter ao menos um herói como a Polônia o teve, para na hora extrema, pronunciar o "finis brasile", e morrer com ele. Era da Polônia que falávamos, que é o nosso espelho e não da Batavia que o é dos povos fortes.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 12/03/1899, p. 1

ALERTA XXXVIII

No momento em que vimos o senhor Júlio de Castilhos iniciar sua carreira política iluminando-se com o facho da indisciplina da Escola Militar de Porto Alegre, que ele ascendera indiferente, em relação ao futuro do exército, mas consoante com seus princípios, “procura seu interesse ainda que entre os escombros e ruínas que provoca, como o viajante que para colher um fruto abate uma árvore frutífera, sem se importar com os que vieram depois, e que naquela árvore encontrariam frutos para alimento”, começamos a dizer ao exército pelas colunas da *União Nacional*, o perigo que lhe adviria nesse terreno a que o arrastava o senhor Júlio de Castilhos.

Muitos foram os oficiais que assistiram ao banquete que lhes foi oferecido na chácara Santana, em Bagé, depois da queda do Marechal Deodoro, e ouviram-me, em longo discurso, sem retórica, sem frases bonitas, talvez mais parecido com a repetição de uma lição, o perigo que ameaçava ao exército a exploração partidária, sobretudo de indivíduos que se acobertam com o manto de amor às instituições para delas se apoderarem, etc, etc.

Narro apenas o fato para mostrar que vem de longe as minhas apreensões sobre o futuro que nos aguardava se a república continuasse a ser o que era; e provar que o resultado foi o previsto por mim.

Chamo o testemunho de quem me leu ou me ouviu desde aquele tempo, para dizer-me se o resultado previsto denunciado por mim, quando todos se julgavam no melhor dos mundos, quando quem eu ouvi, depois, dizer que o único meio de salvar o Rio Grande era matar o senhor Júlio de Castilhos, que lhe valeu uma gargalhada minha, escrevia no *Quinze de Novembro* pilhérias que levavam ao ridículo o que eu escrevia na *União Nacional*, isto é, as minhas visões sobre o futuro.

Nunca respondi a tais escritas; continuei, porém, a escrever, até que chegou o momento de ir ao campo das lutas cruentas procurar fazer um protesto de nova forma ao novo meio com que o senhor Castilhos procurava irrigar o tronco de suas aspirações até então celuloso e frágil como haste do cogumelo que brota pela seiva do estrume, mas tem pouca vida por falta de condutos que regulariza tal seiva.

Não respondi a tais escritos, e não respondo aos que sempre me procuraram difamar, por um simples motivo: ou eles são de um convicto, ou de um mercenário.

Se são de um convicto as palavras em vez de destruí-los, reforça-os, porque os crentes se exaltam ante a objeção; só os fatos fazem esmorecer, e calar, buscando porém as coisas que os justifiquem.

Se são mercenários só a falta do pagamento lhes fará calar, ou a desilusão sobre os proventos esperados; e então com a mesma sem-vergonhez com que insultam hoje a um para ser pago, passará a insultar o que lhe pagava hoje, se amanhã não o fizer mas, para ser pago por quem hoje insultava; o meu leitor poderá apontar com o dedo os que conhece, a partir da transformação do marechal três vezes traidor em magnânimo defensor da liberdade; e do congresso infame, de lacaios, por achar que o marechal devia cumprir o tempo que faltava a Deodoro, etc, em patriótico congresso que deu carta branca ao mesmo marechal para mandar todo o Brasil, se fosse possível, ao senhor Júlio de Castilhos; com a mesma satisfação e facilidades com que os namorados de outros tempos mandavam as suas damas vidros de água de cheiro, para receber em troca panelinhas de doces.

Um afago do senhor Júlio de Castilhos para o marechal devia ter o mesmo sabor daquelas panelinhas de doces de outros tempos.

Mas era bem duro para o pobre Brasil; tão duro que até hoje veste-se de luto; que ainda hoje sente sangue quem sofreu o seu hálito; que em um século não se apagaria se povos que nos tempos modernos são governados por Júlio de Castilhos pudessem contar com um século de vida.

Mas não foi somente um povo quem pagou, está pagando, e há de pagar até com a sujeição ao estrangeiro, já que hoje paga com o brio e a dignidade somados com as parcelas da dívida monetária; o exército que fez o prestígio político do senhor Castilhos, que amamentou esse prestígio até a puberdade, também está pagando.

Nós bradávamos: por que nos vindes matar? Nós somos a pátria, o senhor Castilhos é o seu assassino; vós não defendeis a Pátria, vós ajudais a seu algoz; ninguém nos lia, e se lia ria-se do que dizíamos; éramos visionário!!

O Marechal Isidoro leu uma dessas nossas cartas e nos classificou de atrevido, no sítio de Santana.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 14/03/1899, p. 1

ALERTA XXXIX

Que nos resta mais do nosso caráter de nacionalidade?

Quem há que compreendendo o valor desse emblema – Pátria, não chore de vergonha ante a abjeção a que vamos arrastados, se esta *república* não teve força também para apagar este eflúvio da alma, se é que não matou a própria alma nesses corpos tão lépidos, tão galantes, tão garbosos na ostentação de riquezas luxuosas, compradas à custa da nossa desonra?

Saído da tutela colonial, o Brasil enfrentou as maiores dificuldades, cercado de inimigos, sofrendo uma pressão da má vontade europeia que via em tudo um produto da revolução francesa, que desvirtuou-se a ponto de ser considerada um flagelo universal, até a consumação de Waterloo.

Entretanto nós tivemos homens que, apesar das guerras intestinas tiveram bastante compreensão do que seja a nobreza de quem dignifica sua pátria; qual o valor do juízo da posteridade, para esquecer-se de seus interesses e salvarem a nova nacionalidade que surgia, insurgia-se contra as antigas práticas, apesar de triunfantes pelas armas na Europa.

A proclamação da maioria de uma criança para garantir a consolidação dos alicerces de um grande povo do futuro, mostra o que eram os homens de então,

em paralelo com esses perversos que hoje se vangloriam de pôr termo à sua pátria como vangloria o cupim ter destruído uma grande obra, se tivesse consciência do que faz, e alma bastante elástica para se floream do próprio crime.

Em 1862, quando a guerra de secessão devastava a América do Norte, o leão britânico eriçou a juba, vendo talvez no Brasil uma fácil presa; mais fácil do que o domínio das índias, do que a colonização da África; mas encontrou protesto tão calmo quanto resoluto, indicou-lhe o caminho seguir, porque o governo inglês conhece que se poucas são as nações que podem resistir ao seu choque, contudo as perdas em luta com um povo que tem honra e dignidade, por fraco que seja, não são compensadas pelos lucros dos triunfos; e foi o rei dos belgas que disse à Grã-Bretanha que a justiça estava do lado do Brasil.

Na fase mais crítica da guerra a que a selvageria de Lopes nos arrastou, a França se negou a entregar os vasos de guerra construídos nas forjas francesas, e pagos, a título de neutralidade.

Daqueles encouraçados dependia o nosso triunfo, porque foram eles que realizaram a epopeia de Humaitá; entretanto nós tivemos homens que venceram a relutância francesa, apesar de suas simpatias por Lopes que fora seu hóspede.

No bloqueio do Paraguai, os plenipotenciários estrangeiros tentaram rompê-lo com grande prejuízo nosso; entretanto, ali tivemos homens que não temiam o poder da morte; mas a morte da honra; dessa falange gloriosa ainda tivemos, há pouco, o morto de Campo Osório, na moderna classificação dos heróis, pelo senhor Júlio de Castilhos, que ofereceu, como reparação, a esquadra norte-americana no

protetorado que prometera ao senhor Floriano, do tiro do canhão, até os golpes de machadinha, em navios sem leme e sem hélice; e os representantes das potências tiveram de ceder ante o direito de um punhado de homens dignos, que se gloriavam em poder morrer cumprindo seu dever, pelo que davam graças a Deus.

Por nossa vez chegamos a ser árbitro em grandes pendências de grandes nações como a da América do Norte, em que o Barão de Itajubá, representando o imperador, deu razão aquela nação que lhe elevou no nome, o nome do Brasil.

Foi daí que nasceu o reconhecimento do nosso direito, mesmo depois de tê-lo alienado o senhor Quintino Bocaiuva.

Hoje talvez assim não acontecesse, porque os povos que se aviltam perdem o direito no convênio das gentes.

Entretanto, o que somos nós hoje? O que nos resta sofrer?

Não estamos já reduzidos ao estado de selvagens sem direito de vida e de propriedade?

O que nos resta mais, no meio de tanta miséria, senão resignarmos, e como o velho I-Juca-Pirama, lamentarmos, ante os males que Tupã nos guarda?

O que somos hoje nós no concurso moral dos povos, se nem ao menos o passado nos resta, porque arrisca a morrer quem dele fala; por que fala na honra de um povo que existiu?

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 15/03/1899, p. 1

ALERTA XL

Não nos bastava o que já temos sofrido?

A punição já não foi bastante, para o nosso crime de povo imprevidente, de espírito que aceita a escravidão se ela vem no meio de fanfarras como o poviléu ignavo aceita a droga dos charlatões de feira, vestidos de arlequim ao toque de trombetas e realejos que repetem as mesmas valsas de todo o tempo, já faltos de gaitas, como os subvencionados do governo do Rio Grande falando da liberdade e da justiça desta terra, e os de outras partes nos vastos moldes e na pujança da república?

Não nos bastava termos tido o senhor Quintino Bocaiuva, a bordo de um navio da nossa antiga Marinha de Guerra, que serviria para fazer julgar que tinha forças para romper as correntes de Martin Garcia, na boca do Paraná, se à isso fôssemos provocados, mas que denunciou nada poderem fazer porque os homens que dirigem essas máquinas levavam a seu um bordo quem ia fazer presente, de amigo para amigo, do nosso território sem aparecer ao menos um grumete que o agarrasse pelas orelhas e atirasse ao mar?

Como dormiam então?

E como acordaram heroicos esses marinheiros; mas depois que a alma do senhor Quintino entorpeceu pelo veneno da infâmia todo o pobre Brasil?

Não nos bastava o senhor Vitorino Monteiro, no seus bailes mascarados em Montevidéu, para pedir simpatia para o senhor Júlio de Castilhos, dando medalhas de ouro, como faria um rei de Laor ou de Golconda, enquanto no Rio Grande que é a sua terra natal, aqui no Brasil que sua santidade dizia representar, se davam as cenas do Boi Preto; isto é, o degolamento de quatrocentos e tantos brasileiros, que se ocultavam no mato como fugitivos e não com revolucionários; mas que morrendo deixavam sem cuidadores as criações de mulas de cima da Serra? Morticínio que valeu o generalato do senhor Firmino de Paula, hoje o maior e mais dedicado amigo do senhor Júlio de Castilhos?

Não nos bastavam as notas insultuosas dos representantes europeus sobre deslealdades os praticados pelo governo do senhor Cassiano, então grande de senescal do Brasil, (?!!!...) pela falta de palavra no cumprimento das leis exigidas pela neutralidade, nos dar bandeira estrangeira para traiçoeiramente lançarem torpedos contra os navios da revolta, e por fim aquela nota insultuosa, que chamava o governo de assassino, etc etc., em relação aos engenheiros Huets, mas que em todo caso era dirigida a uma nação, exigências que foram satisfeitas imediatamente, sem uma réplica, sem uma contestação, com a resignação do criminoso que paga com receio de se lhe denunciar o crime?

Não nos bastavam aqueles protocolos italianos de que nos livramos, graças ao tino político do senhor Campos Sales, criando manifestações de italianos em São

Paulo, para podê-los espaldeirar, de onde, já se diz, sairá em breve reclamações de milhares de contos, já foram prometidos ao senhor conde Antonelli?

Os políticos da república, os estadistas, são grandes jurisprudentes; pagam tudo com dinheiro, o dinheiro do povo, e dizem que venceram.

Também nada mais é preciso para ser estadista.

O senhor Pinheiro Machado em discurso, desses que se poderia comparar com o brinquedo das crianças — que tal é o noivo? Que tal é a noiva? — Disse ou classificou o senhor Júlio de Castilhos de grande estadista, jovem... Como non cavaleiro?

Sobre reunir em torno de si uma corte de heróis mutiladores de cadáveres; enchem os cofres de dinheiro, negando até a sua origem como os quatro mil contos de São Paulo; ameaça tomar o Rio Grande ao Brasil, para dá-lo talvez à República Argentina, porque ela não consentiria que ele se unisse a banda Oriental, como por lá se diz, dizendo que a dúvida por enquanto é querer ele outra capital que não Montevidéu.

Tem amigos que são grandes homens da república; se abandonam, são criminosos para cadeia, por documentos antigos que ele guarda.

Cuidado, senhor Pinheiro Machado, o senhor Castilhos não suporta quem seja mais do que ele.

Cuidado com esses papéis velhos...

Que mais é preciso para ser estadista hoje?

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 16/03/1899, p. 1

ALERTA XLI

Em todos os tempos, desde que foram estabelecidos e comumente aceitos os preceitos do direito das gentes, nos casos em que as pendências devem ser resolvidas, não pelas armas, mas por árbitros, eram estes escolhidos entre os chefes de nações que delegavam seus poderes aos homens eminentes, assumindo porém a responsabilidade do seu lado, dando a garantia para o litigante vencedor, e o respeito do vencido, porque recalcitrar contra a decisão do árbitro era ofender a sua nacionalidade, e o caráter de juiz do tribunal universal de que todas as nações fazem parte.

No tempo do Brasil, como diz o meu amigo Gregório, da *Reforma*, foi assim, e hoje ainda seria se essa terra ainda fosse Brasil.

No artigo precedente tratamos de fatos que se referem ao assunto; entretanto a Inglaterra acaba de apresentar como árbitro para o nosso contestado na Guiana, depois de ter imposto solução imediata da questão, um advogado jurisconsulto russo, que talvez nem saiba da existência do Brasil.

Neste momento leio na *Tribuna do Povo*, transcrição de Roma para a *Independence Belge*, onde se refere, ao estado do Encantado, tendo por capital a Estrela, onde vão se formando aldeias de imigrantes italianos, tiroleses e

venezianos, o que é verdade, ao passo que os indígenas se vão retirando para os matos.

Ora, se em Roma, onde existem dois representantes brasileiros, onde em um concílio já fez figura preeminente um bispo brasileiro, Macedo Costa; onde tanto se falou do conflito religioso, e onde salientou-se dom Frei Vital, se trata do Brasil, do Rio Grande, para onde há mais de 20 anos existe uma corrente migratória, que tem cidades inteiras de estrangeiros, verdadeiros estados no estado; (há 10 anos em uma série de artigos que publiquei na *Reforma*, mostrei a inconveniência desse sistema de colonização e o perigo que ameaçava a integridade nacional com esse sistema, que agora o *Jornal do Comércio* do Rio, também viu) onde têm sido sucessivas as visitas de jornalistas europeus, depois, de delegados e comissionados, e ultimamente de ministros, que ao nosso ver, não de pessimista, mas de previsor, já estudam o terreno a dividir desta nova Polônia, se trata do Brasil, do Rio Grande do Sul tão cheio de feitos gloriosos, e singulares também, daquele pedaço da zona do Antas próximo de uma linha férrea arrendada aos belgas, e no vale por onde se fez estudos para o Itararé, como se fora um pedaço da misteriosa terra do mongol, que juízo faria de nós esse velho Mujik Slavo, lá no meio do seus gelos cercado de velhos livros do Oriente para onde se dirigem as vistas de todos os russos?

Bem contrariado deve ter ficado senhor Júlio de Castilhos com essa notícia.

É verdade que para ele só os italianos, só os alemães, conforme o banquete que assiste, são os habitantes do Rio Grande do Sul, os outros são bárbaros; mas não sendo sua santidade alemão ou italiano, senão pelo espírito, conforme ao

banquete que assiste, deve pensar que na Europa, se sua figura pode ser lembrada, devem tê-lo como um cacique de tribos agonizantes e que vai levar caixas e penas aos visitantes europeus a troco de um pouco de *espírito de fogo* que lhe acorde a megalomania sombria de desejar ver a Itália “ser submergida pelo Vezúvio, para de novo povoá-la à luz de searas luminosas!”.

Deve estar triste o senhor Castilhos que sem dúvida vai perder alguns moços, fervorosos adeptos da república, que contava representar a nação castilhista nas cortes europeias, e agora veem que isso poderá se dar quando só europeus povoarem o Rio Grande, os nacionais tiverem sumido nos matos.

Mas o culpado de tudo isso foi o próprio senhor Castilhos. Seu espírito canibalesco, falado, escrito, discutido nos protocolos de indenizações são conhecidos na Europa; lá se sabe que seus fiéis soldados mutilavam até os vivos para obrigá-los a comer as próprias carnes. Em um país assim, pode-se acreditar que haja civilização senão depois do aniquilamento do elemento indígena?

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 17/03/1899, p. 1

ALERTA XLII

A primeira vista, supõe-se que a Inglaterra apresentando como árbitro um professor de direito na Rússia, portanto um ensinador do direito dos fortes contra os fracos, um apologista da autocracia, de direito divino, não poderá compreender essa autocracia de punhal e garrote da república brasileira, teve em mente ridicularizar o Brasil, se é que resta alguma coisa de ridículo para ser lançado em face.

Até os ladrões já vem confessar aos zeladores da fortuna pública que são ladrões e que estão cansados de sê-lo, e tidos como homens de bem, e bom curador dos bens dos órfãos!

Afinal, entre tantos apareceu um que revoltou-se contra a inania legal, ou talvez para ver se apresentam-se os milheiros que formam a corte republicana, que até nem querem mais que se lembre do passado.

É um remorso; um pesadelo.

Os grandes homens atuais não precisam do passado!

São uma raça espontânea, nascida da poliandra do povo com o exército e a armada, tendo por alcoviteiros os senhores Bocaiuva e comunidade.

O futuro é tudo! Esquecem-se, porém, os ingênuos e bem-intencionados, que assim pensam levados pela sugestão, que não há futuro que não tenha suas raízes no passado.

Os rastaquores, ou parvenus, por mais ricos que se mostrem, por acaso nunca passarão disso.

A Inglaterra não tem tempo para brinquedos.

Seu grande império colonial, seus grandes interesses materiais na superfície de todo o globo; sua posição de polvo que descansa o corpo nas ilhas britânicas e estende tentáculos por toda parte onde suas ventosas possam sugar, não lhe dão tempo para pilhéria.

Tudo o que faz é calculado, certo, meditado, mas com tal rapidez como uma agulha que numa tábua indica um logaritmo.

Entregar uma questão com o Brasil hodierno a um chefe de nação e apresentar os seus motivos, não seria chamar a concorrência dos povos para pôr termo a barbárie, a selvageria, a desumanidade que indicam a decadência moral de um povo, e assim verem as nações do mundo civilizado, cada qual quer o seu pedaço do Brasil para darem garantia de vida aos seus habitantes como se dá nas Índias, no Egito, na Zululândia?

Foi por isso que Inglaterra recebeu.

Ela por si bastará para chamar o Brasil às leis da honra e da humanidade.

A Inglaterra quer como nação política, quer como comercial, nos conhece mais, sabe mais das *pequenas coisas* que se passa entre nós do que nós mesmos.

Para prova aí estão as areias do Prado, lá num recôndito dos matos da Bahia de que ninguém sabia e ela, há muitos anos, levava para a Europa.

Esse advogado russo deve pertencer à Sociedade Protetora dos Animais que deve lançar suas vistas sobre o Brasil, sobretudo para o Rio Grande do Sul.

Sem dúvida entre os documentos para mostrar que o Brasil é terra conquistável, em nome da humanidade e da religião que as vezes serve de motivos inalienáveis para a conquista, todos os praticados na república; a expulsão de Dom Pedro para poder ser estabelecido o canibalismo, os fatos de Mato Grosso narrados por uma inglesa que os assistiu, as proezas da legalidade no Rio Grande, a crueldade a ponto de ser queimado vivo o velho Moraes, chefe de numerosa família em Caçapava, e ser preso o velho próspero, um francês trabalhador, por ordem do comandante de um corpo legal, etc. etc., por ter sepultado o filho agarrado em casa e assassinado, deixando viúva e oito filhos em desamparo, no Camaquã.

A instituição da **gravata vermelha** como condecoração da república, e aquela parte oficial do senhor Coronel Bento Porto publicada nos jornais quando o senhor Castilhos mandou-o assassinar muitos pobres ervateiros que se escondiam nos matos do Pelotas com suas famílias, talvez com medo do senhor Porto, por serem fanáticos!

Era mais um motivo do lobo cerval contra os cordeiros.

A parte oficial publicada sem um protesto dos jornais, uns tem medo, e outros acham bom tudo que amanhã será passado que se deve esquecer, dizia:

“Chegamos. Conforme minha ordem foram os soldados incendiando as casas; onde existiam retratos de santos, sinal de fanatismo.”

E sem falar em prisioneiros, mulheres e crianças que ali viviam, diz o Senhor Porto, como um conforto moral de que precisava o senhor Castilhos:

– “Estes não nos incomodarão mais!”

Compreendes, meu leitor, o valor desta frase na boca de um castilhista, depois de ter se apoderado, de surpresa, de uma pobre aldeia de família ervateira onde só encontraram duas lanças, duas azagaias para a caça do tateto, e a defesa contra o tigre, compreendes esta frase: “estes não nos incomodarão mais?”

Não vêes nela a degola, o estupro, depois as chamas do incêndio iluminando os degolados ainda em convulsão; as crianças de ventre aberto junto as mães manietadas?!

Como é grandiosa, esta parte oficial do delegado do senhor Júlio de Castilhos, dando-lhe parte do seus feitos!

O incêndio nas pobres choupanas, e o “estes não nos incomodarão mais?!”

Uma boa ajuda de custas para o senhor Bento Porto; *voilà* por jamais quanto aos desgraçados biribas, que não são homens desde que não são europeus.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 18/03/1899, p. 1

ALERTA XLIII

A Inglaterra é filantrópica.

Não pode ter passado despercebido, para ela que tantos interesses têm no Brasil, o que ultimamente se tem visto.

A vida de um cidadão britânico vale mais do que a de milhares de súditos brasileiros.

Ela viu o perigo que podia correr um dos seus filhos, qualquer, na política posta em prática por Deocleciano Mártir em proveito do senhor Júlio de Castilhos, (ainda anteontem vi no *Eco* uma carta de um castilhista que terminava dando vivas a Deocleciano Mártir, por que não estou no meio deputado? Não seria melhor do que andar à caça de quem seja capaz de ser um representante do senhor Castilhos, sendo este homem tão bom, tão mártir e tão injustamente perseguido?)

Aquela ameaça dos jacobinos de fazerem voar, pela dinamite, o Banco Inglês, se o câmbio não subisse, devia ter aberto os olhos a Inglaterra sobre o futuro.

Suas tentativas mostraram logo que ela nada quer à força; ela sabe quanto custa o domínio à força, que no fim das contas, por mais rico que seja país dominado,

não chegam os lucros para conservação do jugo; haja visto o Rio Grande cujas rendas não chegam para a Brigada, e mais os amigos, e as reservas necessárias para quando escarnar-lhes a ovelha e não tiverem mais tosquiadas, para o negócio.

Foi bem descuidosa que ela apoderou-se da Trindade; não era de ninguém; o Brasil se esfacelando em estados, deixou os mares para o grande bonzo que reside no Rio; quem não tem esquadra não tem mares, daí a conclusão lógica de que a Trindade era bem de ausente.

Graças ao velho Portugal, a Inglaterra nos deu a Trindade, e nisto mostrou como só é forte quando tem direito, acima do qual só conhece Deus.

Um outro caminho mais fácil se apresentou – a dívida pública – esta dívida três vezes maior em nove anos de república do que a dos 64 de império.

O senhor Campos Sales foi à Europa e inflou todas as penas ao sentir um aperto de mão do Príncipe de Gales; e assinou tudo que Rotschild mandou-lhe assinar. E, no fim de três anos a dívida será paga... Senão... ora, já se passou um ano e dois anos só são lentos a passar para, quem depois de velho é expulso dos arsenais ou dos corpos de exército sem soldo, nem trabalho.

Para o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, dois anos passam tão depressa que nem dão tempo de contar os 170 contos anuais que recebe; fora os gastos (abra-se sempre uma exceção nesse sentido para o senhor Prudente de Moraes).

É preciso que no fim do prazo haja alguma coisa que justifica o procedimento da Inglaterra, para não julgar as outras nações que ela se apodera de uma nação por causa de um calote.

A Guiana é um bom pretexto; vai o senhor Nabuco e mais *Jornal do Comércio*, um grande homem e um grande órgão de publicidade, mas lhes bastarão os nossos direitos que como bons brasileiros hão de apresentar? Mas onde a nação que alega? Quais os seus costumes? Qual sua organização? República? Que quer dizer isso? Sindicato político para arrecadação do trabalho do povo? Onde se viu tal, se não nas quadrilhas de salteadores, que a lei pune de morte, e a polícia persegue e o povo mata a pau quando os encontra?

Não senhores, descansem, e não se assustem os que julgam que o senhor Joaquim Nabuco vai ganhar terreno para a monarquia, ganhando para o Brasil a terra que é sua.

Foi um erro do Senhor Presidente da República mandá-lo.

As nações só se convencem ante o direito da força, e a força única no Brasil é o senhor Castilhos e sua brigada.

Era o senhor Castilhos quem devia ir, John Bull só em vendo o havia de tremer; ele lhe falaria na subversão das ilhas pelo mar da Mancha, e narrando os feitos do senhor Coronel Bento Porto, no Pelotas, explicaria a sua hipérbole de searas luminosas; as suas searas e recoltas de nove anos, e John Bull cederia.

A única força no Brasil hoje, é o senhor Castilhos. Nada ele exige que não se satisfaça; o senhor Prudente afastou-se da norma por ele traçada, e Marcelino Bispo apareceu.

O senhor Campos Sales há de se arrepender de não ter utilizado da grande potência republicana; ficaremos sem a Guiana, e sem o Rio Grande também.

Dando tudo para o senhor Castilhos, ficaria o Brasil sem brasileiros, mas a grande terra, exuberante de riquezas, ficaria inteira; e o que a República quer é a terra, e não a gente que é feia, e vai contra os preceitos de Comte.

Doutor Ângelo dourado.

ECO DO SUL, 19/03/1899, p. 1

ALERTA XLIV

Falamos sobre passado e futuro, e ontem lemos, em uma das sessões do *Correio Mercantil*, um apelo aos brasileiros para esquecer o passado e pensar, apenas, no futuro.

Não temos direito de pôr em dúvida a sinceridade desse apelo, bem justo e bem louvável em quem compreende que para se poder viver é preciso esquecer, sobretudo, o que pode acordar saudades se não acorda o remorso.

O ilustre escritor do *Correio*, mostra, no seu sentir, ser um sonhador alegre e esperançoso, e é bem feliz por assim sonhar. Que vale a vida sem a suas quimeras? E tudo no mundo o que é senão quimeras? A diferença, porém, é que, para uns, elas são de asas douradas a voejarem em céu de rosas e azul, nas doces manhãs que se prolongam com o lúcido crepúsculo do Oriente, para quem observa de cima do Himalaia. São poucos esses visionários, calmos e felizes.

Para outros, elas são o monstro oculto sempre na sombria floresta do futuro, nos fojos, nas clareiras, nas fontes, onde quer, que se procure um pouco de relva para repousar o corpo; uma poça d'água para matar a sede, sem que no deserto do desconforto surja, ao menos, uma miragem que dê a esperança da vinda de um Baelerofonte que o estrangule.

Estes são muitos, são quase todos aqueles que meditam sobre as misérias do presente, sobre a incúria, o propósito, dos que não cuidaram em afastar os males que nos assoberbam, de onde a maior prova de deficiência governativa, porque os homens que governam povos, não podem fazê-lo sem a máxima previdência; e dos que para cuidarem de si, somente, máxima política no Brasil de hoje, não só destruíram tudo que no Brasil serviria para a oportunidade futura, como chamaram sobre nós as antipatias dos povos que se aniquilam voluntariamente, como a cobiça dos que veem tesouros em mãos de quem não conhece o valor, a semelhança dos selvagens que dão pérolas e blocos de ouro a troco de fios de vidro de diversas cores que nos suarentos colos lhes ficam tão bem como o dístico da ordem progresso nessa bandeira que só tem assistido às carnificinas fratricidas e só a elas está condenada a assistir porque o Brasil de hoje não poderia invocar o brio e o patriotismo de seus filhos para a guerra justa, a guerra santa dos heróis que defendem o chão sagrado da pátria, tendo por lábaro a bandeira que só tem se agitado ao vento da desgraça dessa pátria, só se tem se embebido do sangue das vítimas dos interesses individuais.

Qual o futuro que nos espera em presença desse caos a que deram o nome de república federativa; disse teratodemo[?] a que hoje chamam nacionalidade brasileira, que não tem movimentos senão convulsivos de ódio ou fraquezas?

Que prognóstico poderia fazer o médico de um doente que não tenha mais os órgãos necessários para fabricação do sangue; cada membro é ocupado por um pólipó que cresce à sua custa e que a anemia cérebro espinhal ou lhe traz assombros de loucura destruidora ou os movimentos da chorea[?] galhofeira?

Nem as águas de Lourdes, nem o doutor de São Paulo conseguirão curá-lo. A morte será o fim próximo, e bem feliz será ele se a morte vier rápida sem esse longo agonizar que provoca o abandono pelo nojo, pela repulsão e pelo asco.

Os povos são como os indivíduos, e o povo brasileiro hoje é como esse enfermo.

Para o Brasil, para a terra há futuro, um futuro deslumbrante no aproveitamento de suas riquezas sem par, que já tivemos esperança de poder ser gozado por nós brasileiros, da família atual, mas hoje esta esperança não pode mais ser guardada. Ao brasileiro atual só resta a escravidão, ou a morte nas revoltas, nos pronunciamentos e nas revoluções.

É a sorte de quem não tem justiça para que apelar, não tem leis que dê direito, mas tem apenas a sucessão dos senhores, impostos não pelo nascimento, mas pelo direito da força nascida da emboscada, da cilada, da traição às crenças, ao dever e à honra. É este o programa do presente.

O futuro pertence aos estrangeiros que vierem povoar aqui o território. Para os brasileiros só existe dor, só existe luta provocada pela injustiça, provocada pela opressão e pela tirania.

O recordar o passado é um consolo, ao menos para dizer que nem sempre fomos o que hoje somos, nem mesmo assassinos e degoladores legais, nas guerras civis. Não! Lembremos o passado que consola; fechemos os olhos ao futuro que horroriza.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 21/03/1899, p. 1

ALERTA XLV

Anátema sit...

Era esse o tétrico dizer com o que se faz estabelecer em torno dos condenados o vazio, o deserto, a repulsa, o medo, o terror, de que as almas dos crentes poderiam ser contaminadas do mesmo crime de ex-comunhão de que é isso *ex-informata conscientia* se armava para trazer de rastos o delinquente, muitas vezes, mártir da justiça, muitas vezes, Cristo do dever.

Anátema sit; era a última verba na sepultação dos vivos, como o “réquiem eternum” era a última sobre o cadáver que apodreceria no seio da terra; e, então, em torno do vivo se estabelecia o silêncio, como sobre o chão do cemitério o abandono.

Para o vivo não havia senão os ímpetos da consciência impotente contra os preceitos sórdidos, como para os mortos não havia senão a luz dos fogos fátuos, ou as gotas de chuva guardadas pelos ciprestes caindo, nas tristes manhãs que se derramam morada dos cadáveres, ou cintilando ao luzir das estrelas brilhantes, do firmamento, como as lágrimas de desespero nas faces das viúvas rio-grandenses, que em vão esperam pelo dia da justiça, enquanto Deus parece ter se tornado conivente nos crimes do senhor Júlio de Castilhos, e creem elas, sua

descrença de justiça, que o próprio Deus vendeu-se a este flagelo da nação brasileira.

Não! Não, pobres viúvas; não, famintos órfãos! Deus existe! Deus e a justiça sem juízes assalariados! Deus virá: Deus aí vem! O espaço de tempo gasto para a sua chegada é também para aparelhar a tremenda punição!

Anátema sit! Foi o que o senhor Júlio de Castilhos ordenou ao senhor Campos Sales que unisse ao nome do Senhor General Carlos Telles.

Não se lembrou o senhor Júlio Castilhos que senhor Carlos Telles foi o herói, que no cumprimento do dever, deu-lhe o domínio sobre o povo rio-grandense, deu-lhe a suserania sobre os estados da república, deu-lhe a fortuna pública para comprar capangas que o guardem.

O senhor Carlos Telles teve um crime – não degolar prisioneiros –; julgou que a vida de um homem tem valor ainda mesmo que esse homem não seja um mercenário ou um assassino para roubar!

O senhor Marechal Floriano, cominou centenas de sargentos que como oficiais deviam lutar em favor do senhor Júlio de Castilhos.

Terminada a guerra, esses alferes vêm de novo tirar seus galões, abandonar a espada e ombrear a carabina.

O senhor Júlio de Castilhos lembrou-se de chama-los para a sua Brigada, onde ainda hoje ouvi dizer que, diariamente, são fuzilados os que não obedecem como escravos; o senhor Carlos Telles esqueceu-se da disciplina e telegrafou ao Sr.

Prudente de Moraes mostrando a injustiça que fazia aos jovens soldados que souberam lutar, (pobres, eles julgavam que lutavam pela república e só lutaram para criar a Brigada Militar), e o senhor Prudente de Moraes atendeu ao senhor Telles, e todos esses alferes aí estão!

Ninguém viu nisso indisciplina, ninguém pensou que o senhor Telles estava criando um partido para si no exército.

O senhor Castilhos infamou, em documento público, o nome, o passado, a glória, do senhor Carlos Telles.

Este protestou; o senhor Castilhos ordenou ao presidente da república que o puna.

O soldado brasileiro, mesmo sendo um general, é um escravo; protestar contra a injustiça do senhor, é crime de força!

E o senhor Campos Sales escreveu o anátema sobrenome do senhor Carlos Telles.

E o exército? Obedeceu?...

Mas há em tudo uma compensação.

O povo mártir, o povo vilipendiado nesta república de corsários, não calculou o que lhe pode vir provocando a ação da justiça do senhor Castilhos; o povo lembrou-se da justiça de um antigo país, morto há nove anos, que se chamou Brasil, e por essa lembrança ergueu-se sem se importar com a faca degoladora e o facho incendiário do senhor Castilhos.

O povo recebeu de braços abertos o senhor Carlos Telles.

Vamos, general, se foi a tua morte que senhor Castilho decretou tu tens um mausoléu, digno de ti, no coração do povo brasileiro.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 26/03/1899, p. 1

ALERTA

Concluamos.

A recente manifestação popular feita ao General Carlos Telles, as saudações recebidas por ele, telegraficamente, de brasileiros residentes no estado Oriental, dizem que o espírito do povo brasileiro não está morto; apenas comprimido pelos inúmeros aparelhos movidos pela tirania, ele disputará na hora suprema para resgatar sua honra, com sacrifício de sua fortuna, e, mais ainda, de sua própria vida.

Não serão as vendas dos bens nacionais; não serão os impostos insuportáveis e ridículos, não serão as moratórias que sobrecarregam o peso do dia de amanhã que irão conseguir; mas o pensamento uniforme do povo, que se mostrará, quando conhecendo o perigo comum, se apresentar para a comum defesa.

Então, se fará justiça, não com a cegueira da convenção francesa; não poupando vítimas, qualquer que fosse sua natureza ou crime; mas com a justiça que o povo exerce na sua grandeza absoluta.

Virão ao tribunal os que, encarregados de dirigir o país, malbaratearam a vida do povo e sua fortuna, a ponto de arrastar a pátria ao abismo que a atrai.

Os que são caluniados injustamente serão absolvidos; mas os que não mostrarem a origem das fortunas que guardam ou ostentam, os que não mostrarem o mandato legal, pelo qual em nome do povo, se apoderaram da direção da fortuna pública, a distribuíram por amigos e comparsas, tornando-se vitalícios, pela força, na direção do destino da pátria, estes serão punidos; porque assim foi escrito pelo destino, pela justiça indefectível.

Esperemos e confiemos na sua justiça.

O dia de amanhã dos povos não para em sua marcha; lenta; mas constante, infalível – esperemos; esperemos...

Sursum corda.


Doutor Ângelo Dourado



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

**Para acessar o volume 1 desta obra, aponte a câmera de seu celular ou tablet
para o QR Code abaixo:**





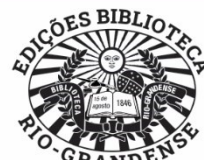
Coleção
Documentos
141

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



edicoesbibliotecariograndense.com

ISBN: 978-65-89277-05-7